



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E  
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

**A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO SOCIAL NO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ**

**CARLOS ALBERTO DA ROSA MACIEL**

Tramandaí-RS  
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E  
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES**

**A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO SOCIAL NO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ**

**CARLOS ALBERTO DA ROSA MACIEL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter

Tramandaí-RS  
2022



### CIP - Catalogação na Publicação

Maciel, Carlos Alberto da Rosa  
A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO SOCIAL NO COLEGIADO DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ / Carlos  
Alberto da Rosa Maciel. -- 2022.  
84 f.  
Orientador: Jairo Alfredo Genz Bolter.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de  
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e  
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022.

1. Gestão Social. 2. Colegiado de Desenvolvimento  
Territorial . 3. Desenvolvimento Regional. 4. Vale do  
Caí. I. Bolter, Jairo Alfredo Genz, orient. II.  
Título.

CARLOS ALBERTO DA ROSA MACIEL

**A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO SOCIAL NO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter

Aprovado em: Tramandaí, 03 de maio de 2022.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Graciele Rambo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cidonea Machado Deponti  
Universidade de Santa Cruz do Sul

---

Prof. Dr. Jonas José Seminotti  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter (orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Aos professores do programa que nos auxiliaram a melhor compreender os meandros do desenvolvimento.

Ao meu orientador e amigo Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter, que me orientou e respeitou minhas escolhas acadêmicas.

A minha família e aos colegas de curso.

Ao povo brasileiro que com seus impostos contribuem na promoção de uma educação pública e de qualidade.

“O desenvolvimento é uma miragem”

(Alberto Acosta)

## RESUMO

Durante as últimas duas décadas, o Brasil vivenciou experiências voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais através da ação de atores e organizações, mediado por diferentes instituições. Em diversas regiões do país foram constituídos colegiados de desenvolvimento territorial com a intenção de ampliar o processo de participação social entorno das políticas públicas voltadas ao meio rural. Este formato de colegiado propiciou a participação de diferentes organizações com o propósito de debater quais as melhores estratégias para auxiliar na promoção do desenvolvimento dos territórios. Compreender as dinâmicas regionais da agricultura familiar é central quando se pretende analisar os processos de desenvolvimento em pequenos municípios do Rio Grande do Sul, em virtude da influência do setor sobre os contextos. Os atributos territoriais, econômicos, sociais e ambientais contribuem para potencializar o desenvolvimento regional; entretanto, é através da conexão entre os atores e as organizações que as dinâmicas se materializam e se configuram. Este artigo objetiva analisar aspectos do conceito de gestão social na experiência do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí. Para auxiliar na análise, foi tratado também sobre aspectos relacionados ao conceito de governança dos bens comuns, de Ostrom. Para isso, se utilizou de análise de documentos gerados pelo colegiado, pesquisa bibliográfica e entrevistas com atores envolvidos no processo. A análise dos documentos e as entrevistas foram realizadas entre os anos de 2020 e 2021. Identificou-se que a governança do colegiado, voltada à gestão social, contribuiu para processos de desenvolvimento e organização rural no território. A baixa participação e envolvimento dos prefeitos, a burocracia governamental e a escassez de recursos criaram obstáculos para o avanço da agenda do colegiado.

**Palavras-chave:** Gestão Social; Colegiado de Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Regional; Vale do Caí.

## ABSTRACT

During the last two decades, Brazil has experienced actions aimed at rural territories development through the activity of actors and organizations, mediated by different institutions. In several regions of the country, territorial development collegiates were created in order to expand the social participation process around the public policies focused on rural territories. This collegiate format propitiated the participation of different organizations with the purpose of discussing the best strategies to promote the development of territories. Understanding the regional dynamics of family agriculture is essential and central when one intends to analyze the development process in small municipalities in Rio Grande do Sul, because of the sector's influence on the context. The territorial, economic, social and environmental attributes contribute to potentiate the regional development, however, it is through the connection between the actors and organizations that the dynamics are materialized and configured. This work intended to analyze aspects of the concept of social management in the experience of the Vale do Caí Territorial Collegiate. To assist in the analysis, aspects related to the concept of governance of the common goods, by Ostrom, were also discussed. To do so, analysis of documents generated by the collegiate, bibliographical research and interviews with actors involved in the process were used. The analysis of the documents and the interviews were conducted between the years 2020 and 2021. It was identified that the collegiate governance, focused on social management, has contributed to rural development and organization processes in the territory. The low participation and involvement of the mayors, the government bureaucracy and the lack of resources have created obstacles for the advancement of the collegiate agenda.

**Keywords:** Social Management; Territorial Development Collegiate; Regional Development; Vale do Caí.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Mapa dos Municípios do Vale do Caí ..... | 16 |
| Figura 2 - Ciclo de Gestão Social .....             | 48 |
| Figura 3 - Organograma do FRAF .....                | 53 |
| Figura 4 - Metas na Organização .....               | 58 |
| Figura 5 - Logotipo Câmara de Olericultura .....    | 59 |
| Figura 6 - Metas na Olericultura .....              | 60 |
| Figura 7 - Metas na Citricultura .....              | 60 |
| Figura 8 - Metas no Turismo e Artesanato .....      | 61 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Microrregiões do CODETER .....                                     | 20 |
| Quadro 2 - Espaços de articulação regional .....                              | 34 |
| Quadro 3 - Gestão Estratégica e Gestão Social .....                           | 47 |
| Quadro 4 - Momentos que antecederam a criação do CODETER .....                | 54 |
| Quadro 5 - Espaços deliberativos do território .....                          | 55 |
| Quadro 6 - Elementos da Gestão Social .....                                   | 63 |
| Quadro 7 - Relação entre Instâncias Empíricas e Atributos do Território ..... | 67 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Participação dos setores econômicos: ..... | 19 |
|---|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                  |  |
|------------------|--|
| ACI              | Associação Comercial e Industrial de Montenegro/Pareci Novo                |
| ACVARC           | Associação da Citricultura do Vale do Caí                                  |
| AGROVARC         | Governança Regional do Agronegócio do Vale do Rio Caí                      |
| AMVARC           | Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí                               |
| CEASA            | Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul                              |
| CODETER          | Colegiado de Desenvolvimento Territorial                                   |
| CODEVARC         | Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Caí                        |
| ECOCITRUS        | Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí                    |
| EMATER/RS-ASCAR  | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                            |
| FEPAGRO          | Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária                                 |
| FETAG-RS         | Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul            |
| FRAF             | Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí                      |
| GTZ              | Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit                                 |
| IFRS             | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS                  |
| MDA              | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                      |
| ONG              | Organização Não Governamental  |
| PRONAT<br>Rurais | Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios<br>Rurais |
| SEBRAE           | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                   |
| SICREDI          | Sistema de Crédito Cooperativo   |
| SDT              | Secretaria de Desenvolvimento Territorial                                  |
| STR              | Sindicato de Trabalhadores Rurais  |
| UCS              | Universidade de Caxias do Sul  |
| UERGS            | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul                                 |
| UFRGS            | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                                  |
| UFSM             | Universidade Federal de Santa Maria  |
| UNISC            | Universidade de Santa Cruz do Sul  |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>09</b> |
| 1.1 DELIMITAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA .....                           | 11        |
| 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....  | 14        |
| 1.2.1 Objetivo Geral .....   | 14        |
| 1.2.2 Objetivos Específicos .....                                      | 14        |
| 1.3 JUSTIFICATIVA .....  | 12        |
| 1.4 CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO CAÍ.....                                 | 15        |
| <b>2 METODOLOGIA.....</b>  | <b>22</b> |
| 2.1 EPISTEMOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....             | 24        |
| <b>3 ATORES, DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS .....</b>    | <b>30</b> |
| 3.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO .....                                     | 32        |
| 3.2 OS ATORES DO CODETER .....   | 34        |
| 3.3 GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS .....                                   | 36        |
| 3.4 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS .....                     | 40        |
| <b>4 GESTÃO SOCIAL .....</b>   | <b>44</b> |
| 4.1 DEBATENDO O CONCEITO .....   | 44        |
| 4.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL E GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS .....          | 49        |
| <b>5 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ ...</b> | <b>52</b> |
| 5.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIO VALE DO CAÍ .....            | 56        |
| 5.2 PARTICIPAÇÃO, DIALOGICIDADE E TOMADA DE DECISÃO COLETIVA .....     | 63        |
| 5.3 DESAFIOS E LIMITES .....   | 64        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                    | <b>68</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>70</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>74</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>76</b> |

## INTRODUÇÃO

Após a redemocratização do Brasil na década de 1980, teve início um período na qual prosperaram espaços deliberativos institucionais para decidir sobre direcionamento de políticas públicas, destinação de recursos públicos, elaboração de metas coletivas, construção de planos de governos participativos, entre outras iniciativas, principalmente após os anos 2000. Processo esse que perpassa a esfera municipal, estadual e chega até o âmbito federal, tendo o Estado como grande indutor deste movimento. Para que estes espaços obtenham êxito se faz imprescindível estruturas de governança que respaldem tais processos. Neste sentido, podemos citar a experiência dos territórios rurais como importantes marcos na construção de governanças territoriais.

Durante as últimas duas décadas, algumas regiões brasileiras vivenciaram experiências voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais, através da ação de atores e organizações, mediado por diferentes instituições. O mecanismo de política pública que possibilitou a criação destes espaços de discussão a nível de país foi o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003 pelo governo federal, inspirado no programa europeu Leader<sup>1</sup>.

Em diversas regiões do país foram constituídos colegiados de desenvolvimento territorial (CODETER) com a intenção de ampliar o processo de participação social entorno das políticas públicas voltadas ao meio rural. Este formato de colegiado propiciou a participação de diferentes organizações com o propósito de debater quais as melhores estratégias para auxiliar na promoção do desenvolvimento dos territórios.

O PRONAT foi criado com a intenção de auxiliar municípios com características rurais a se estruturarem a fim de promover melhoria de vida nestes locais. Com a criação do programa pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), surgiram a nível de país colegiados territoriais organizados para disputar recursos públicos voltados às regiões interioranas. Os colegiados estimularam a participação em nível local de atores e organizações vinculados de alguma maneira ao território. Cita-se a

---

<sup>1</sup> Este programa buscou articular territórios rurais europeus, buscando trabalhar ações entorno do desenvolvimento rural sustentável.

experiência destes colegiados para exemplificar como a governança territorial pode gerir e influenciar diferentes políticas públicas voltadas à mobilização coletiva de ações nos diferentes territórios. A orientação desta política pública voltada à participação foi fruto de análise deste trabalho pelo viés da gestão social do CODETER Vale do Caí.

Para entender o funcionamento deste processo será analisado a dinâmica da gestão social desta experiência considerando o “social” não como elemento constituinte de políticas de assistência social, mas enquanto um conjunto de ideias que dizem respeito a sociedade e a tudo que ela envolve, conforme escrevem os principais autores que tratam do tema. O conceito, que carrega consigo um amplo leque de ideias e noções, orbita entorno da Administração Pública, das Políticas Públicas, da Ciência Política e da Sociologia.

O texto também irá analisar a governança dos bens comuns (*commons*), discutido por Elinor Ostrom, pesquisadora americana Nobel de Economia em 2009. A autora buscou analisar como os bens comuns passaram a ser gestados pelo coletivo, divergindo da teoria das escolhas racionais tradicionais, que em grande medida opta pelo individualismo enquanto estratégia de ação. O desenvolvimento do território pode ser considerado um bem comum, pois contém uma série de aspectos que confirmam esta característica como iremos ver mais à frente. Outro aspecto que vem obtendo destaque no que se refere à governança dos bens comuns são as análises pautadas nas mudanças institucionais, as quais conferem as regras formais e informais nas arenas de políticas públicas bem como na sociedade.

O presente trabalho apresenta algumas reflexões teóricas derivadas da realidade encontrada no território do CODETER Vale do Caí. Não foram identificados estudos acadêmicos que tratam sobre esta experiência, conferindo uma autenticidade ao texto. Entretanto, conforme os dados analisados, como documentos e observações do autor enquanto técnico da Emater/RS-Ascar entre os anos de 2017 a 2022, é possível perceber alguns resultados derivados das ações do colegiado. A busca foi realizada em diferentes plataformas de pesquisa, porém não foram encontrados resultados de estudos sobre o tema neste território, somente casos ligados às cadeias produtivas e sobre outras experiências de CODETER, não tendo relação direta com o caso em questão.

## 1.1 DELIMITAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Compreender as dinâmicas regionais da agricultura familiar é central quando se pretende analisar os processos de desenvolvimento em pequenos municípios do Rio Grande do Sul, em virtude da influência do setor sobre os contextos. Os atributos territoriais, econômicos, sociais e ambientais contribuem para potencializar o desenvolvimento regional; entretanto, é através da conexão entre os atores e as organizações que as dinâmicas se materializam e se configuram.

No território do Vale do Caí, existe um grande número de organizações, como associações, cooperativas, empresas, entidades do terceiro setor, câmaras setoriais, governança<sup>2</sup>, comitês, ligados às mais diversas áreas - turismo, citricultura, olericultura, fruticultura, que por sua vez, angariam espaços de participação política, pautando agendas de políticas públicas municipais e estaduais. Esse conjunto de entidades cooperam quando existe a necessidade de construir ações coletivas entorno do desenvolvimento regional, sendo que muitas vezes é voltado ao setor agropecuário, por se tratar de municípios rurais. Juntas, essas organizações adquirem capacidade operativa de disputar recursos e de construir mobilização social entorno de suas pautas.

A partir dos anos 2000, iniciou-se um processo de construção de colegiados de desenvolvimento territorial, o qual contribuiu para a dinamização dos territórios a nível de país. No território estudado, as organizações e os agentes de desenvolvimento se articularam e construíram este espaço coletivo de organização, com vistas a disputar recursos públicos através de projetos voltados, na sua maioria, para o meio rural.

Essas organizações e atores operam no sentido de tornar mais elaborado o conjunto das relações sociais produtivas, pois conseguem criar dinâmicas internas contribuindo com o complexo sistema territorial da agricultura familiar. Podemos chamar este processo de rede de articulação voltada ao desenvolvimento regional no Vale do Caí. Esta rede é composta por diferentes organizações que dialogam em momentos de construção coletiva entorno de pautas gerais orientadas ao território. Inserido neste contexto, o CODETER Vale do Caí experimentou um processo de

---

<sup>2</sup> No Vale do Caí, existe uma governança do turismo, a qual é composta por entidades públicas e privadas, mediada por atores ligados ao setor e que contribui para a articulação de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento regional.

gestão social pautado na participação dos atores, contribuindo para a dinamização do território.

Deste contexto emerge o problema de pesquisa, qual seja:

**Quais as repercussões e as contribuições do processo de gestão social do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí para a dinamização territorial?**

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O tecido social existente em determinados territórios foi fundamental para a constituição de espaços formais articulados para a disputa de recursos e planejamento de estratégias de ação através dos colegiados de desenvolvimento territorial. Nestes espaços se observa um crescente processo de cooperação entre organizações voltadas a um aprendizado comunitário no sentido de compartilhar experiências e conhecimento. Isso mostra o quanto se faz necessário o diálogo por meio da cooperação e troca de ideias, buscando realizar movimentos coletivos, mesmo que cada organização tenha seus próprios valores e *modus operandi*. Sistematizar e operacionalizar este processo fazem parte da gestão social de um território, valorizando todas as formas de conhecimento dos grupos e pessoas envolvidas.

As experiências conduzidas pelos conselhos de desenvolvimento territorial a nível de país ampliaram a ideia de democracia e gestão de recursos públicos, fomentando a organização local e fortalecendo o debate acerca de soluções para problemas locais, refletindo diretamente no território. A partir disso, pode se dizer que analisar o caso do CODETER Vale do Caí se faz necessário pois a partir dele se conseguiu avançar coletivamente em ações que repercutiram territorialmente. Através do colegiado foram discutidos e implementados projetos voltados ao turismo, olericultura, fruticultura e artesanato. Portanto, a relevância desta pesquisa reside em analisar como se deu este processo e entender como a gestão social influenciou na implementação dos projetos no território.

Enquanto técnico da Emater/RS-Ascar, desenvolvendo atividades no território estudado desde o ano de 2017, o autor possui conhecimento empírico da realidade, interagindo com alguns segmentos que atuaram no CODETER. Esta aproximação facilitou o acesso aos dados, favorecendo a abertura para o trabalho de campo. A pandemia de Covid-19 teve pouco impacto com relação ao levantamento de dados para esta pesquisa. Algumas entrevistas foram realizadas de forma presencial e a maioria foi realizada através de plataformas digitais. Outro elemento importante a salientar é que se conseguiu obter todos os documentos gerados pelo colegiado, contribuindo muito para a compreensão da realidade.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa também se justifica no sentido de contribuir acerca da reflexão sobre o conceito de gestão social, que terá centralidade neste estudo. Como será explicado mais à frente, este conceito é relativamente novo, necessitando de um número maior de estudos para fortalecer seus pressupostos de modo a entrar cada vez mais na agenda nacional sobre gestão, território e desenvolvimento. O conceito de Gestão Social se originou a partir de discussões acadêmicas feitas no Brasil, sendo que ainda está em construção, suscetível a contribuições.

O debate teórico que será feito neste trabalho vai ao encontro da ideia de que é difícil analisar a tomada de decisão coletiva quando tratamos de espaços públicos de deliberação, como colegiados e conselhos, pois é difícil mensurar as questões organizacionais envolvidas neste processo. A gestão puramente administrativa carrega consigo um modo pautado pela burocracia estatal, na qual por vezes contribui, por vezes emperra em momentos de decisão coletiva sem que agentes exerçam poder de dominação.

Este trabalho se utilizou de diferentes contribuições teóricas as quais estão assentadas na Sociologia, Geografia, Administração e Ciência Política, bem como na área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento. A linha na qual esta pesquisa se insere é a *Instituições, Atores e Políticas Públicas*, buscando identificar como os atores e as instituições operam no sentido de influenciar decisões e contribuir no processo de desenvolvimento regional do território em questão.

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para buscar responder a problemática central da pesquisa foram elaborados um objetivo geral e três objetivos específicos. Os objetivos foram respondidos ao longo do texto, sem especificar diretamente o objetivo. O objetivo geral buscou abarcar de forma mais ampliada o sentido desta pesquisa, dialogando diretamente com a problemática orientadora.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como se deu o processo de gestão social no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

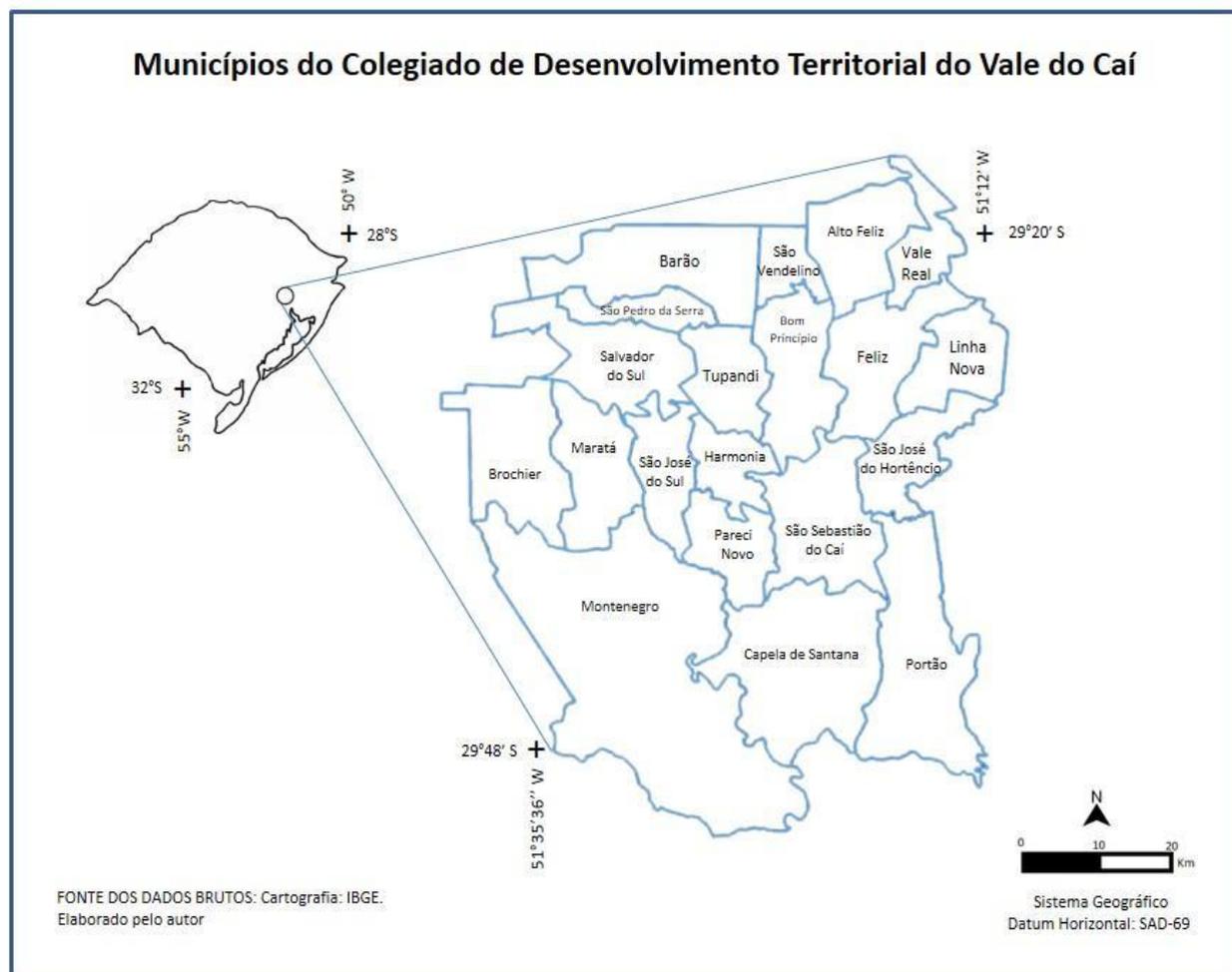
- Caracterizar o CODETER Vale do Caí analisando a incorporação da gestão social na política.
- Descrever qual o processo histórico que contribuiu para a formação do CODETER Vale do Caí.
- Analisar quais as repercussões do CODETER Vale do Caí sobre o desenvolvimento regional.

#### 1.4 CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO CAÍ

O território que compreende o Vale do Caí é composto por 19 municípios, sendo eles: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real. O conceito utilizado nesta pesquisa foi o território, pois este contribui para a identificação das particularidades econômicas, sociais e culturais a fim de que se tenha condições de compreender o funcionamento da gestão social do CODETER em questão, além de ser o recorte que abrange o colegiado.

Neste trabalho, não irei definir território em função da complexidade teórica e por julgar não ser necessário neste momento. Entretanto, é importante salientar que a definição utilizada é fruto da definição por parte da política pública nacional chamada de PRONAT, na qual se baseou, no caso do Rio Grande do Sul, na regionalização dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento Regional), na qual coloca todos os municípios do Vale do Caí em uma mesma região adicionando o município de Portão, pois o poder público municipal daquele município solicitou a participação no colegiado por entender que a participação seria importante. Abaixo temos o mapa do território:

**Figura 1 - Mapa do território Vale do Caí**



**Fonte:** Elaborado pelo autor

Este território compreende uma das menores áreas do estado, cerca de 1.854 km<sup>2</sup> segundo dados da extinta FEE (Fundação de Economia e Estatística do RS), porém com uma quantidade relevante de municípios que apresentam destacada produção agropecuária. Estes municípios apresentam uma característica populacional predominantemente de descendência alemã e açoriana, apresentando um conjunto de particularidades específicas que formaram sua cultura.

A localização do território favorece o fluxo de bens e pessoas, apresentando uma ampla malha viária com possibilidade de deslocamento para outras regiões do estado de forma facilitada. A proximidade com a capital do estado beneficia em grande medida os agentes econômicos, pois o grande mercado consumidor é responsável por dinamizar os setores da economia. Todas estas características locacionais, econômicas, sociais e ambientais não fariam com que as experiências de desenvolvimento regional se alavancassem de forma natural. A articulação existente nos vários espaços de deliberação contribui decisivamente para o desenvolvimento regional no Vale do Caí, principalmente aos processos relacionados à agricultura familiar.

Cerca de 489 famílias do Vale do Caí comercializam na Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA) da capital, segundo dados da Emater/RS-Ascar, ficando atrás apenas da Região Metropolitana e Serra. Segundo dados da Emater/RS-Ascar (informativo Horticultura & Abastecimento, ano 6, nº2), a citricultura corresponde a 58% da produção agrícola do território, tendo destaque frente todas as outras cadeias. O estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de bergamotas do país, sendo que os municípios do Vale do Caí estão entre os maiores produtores.

Um recente estudo realizado pela Associação Comercial e Industrial de Montenegro/Pareci Novo aponta que a atividade citrícola contribui na geração de 25 mil empregos diretos e 30 mil indiretos na região. Além disso, no segmento do comércio, com transportadores de frutas, packing house e indústrias, são gerados mais centenas de empregos. Este conjunto de grupos e organizações compõem a rede tecnoprodutiva em questão, contribuindo diretamente para o desenvolvimento regional no Vale do Caí. Este aglomerado de entidades opera no sentido de fomentar esta rede e dar base à cadeia da citricultura. Com exceção de Montenegro, os municípios do Vale são considerados rurais.

A combinação das características territoriais fortaleceu os processos de desenvolvimento regional, perpassando pela articulação existente entre atores e organizações, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma rede tecnoprodutiva voltada à citricultura no Vale do Caí. Ano após, essa cadeia vem tomando novos rumos, se especializando e ampliando sua atuação a nível estadual e nacional. Como esta atividade é desenvolvida em pequenas propriedades, a

contribuição do ponto de vista econômico e social é grande, pois não é concentradora de renda.

No território do Vale do Caí, concentra-se o principal polo de produção da citricultura gaúcha, tendo destaque para produção de laranja de mesa e bergamota. As características climáticas e pedológicas contribuem para o cultivo de citrus, aliado à localização geográfica próxima a um grande mercado consumidor. Segundo dados da Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020, dos dez municípios que mais produzem bergamota, oito estão localizados no Vale do Caí. Desses, tendo Montenegro como o maior produtor do estado, com cerca de 800 famílias produtoras, somando as propriedades voltadas ao mercado e às voltadas somente à subsistência. Essa região abastece de frutas cítricas o estado, através de espaços na CEASA de Porto Alegre, além de exportar para outros países.

A cadeia emprega uma quantidade considerável de pessoas, auxiliando na dinâmica econômica regional, além de ter destaque no setor agropecuário. Para que a citricultura tenha esta força, é necessário salientar que existe um conjunto de atores e organizações voltadas a este setor, constituindo uma rede articulada entre agricultura, indústria e comércio resultando em um processo de trocas de conhecimento e inovações, se aproximando de um cluster.

Em 2019, foi criada a Associação da Citricultura do Vale do Caí (ACVARC) com o intuito de promover a articulação entre todos os elos da cadeia, desde o citricultor até o vendedor da fruta. Um dos objetivos da associação é criar uma marca coletiva que possa identificar os produtos citrícolas. A ACVARC conta com mais de 60 associados, cooperativas, viveiristas e casas de comercialização e embalagens. Pode-se dizer que a criação dessa associação é resultado de todo um conjunto de ações derivadas da rede tecnoprodutiva da citricultura do Vale do Caí, pois é fruto de todo este processo coletivo entorno da inovação e geração de conhecimento voltado ao desenvolvimento do território.

O território também apresenta destaque na produção de frango e suínos através da produção integrada, segundo dados do Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul (2021). Outras cadeias que apresentam parcela importante da produção e que vem crescendo, segundo o senso agropecuário de 2017, é a pecuária de corte e o plantio de Acácia Negra.

Como podemos ver na tabela em questão, o setor de serviços representa grande parte da economia. Com relação ao setor agropecuário e industrial, se pode observar que é bastante variado em cada município, levando em conta que em muitos casos o setor industrial está intimamente ligado com a produção agropecuária, o que torna mais complexa a identificação desses dados, necessitando uma pesquisa mais aprofundada.

**Tabela 1 - Participação dos setores econômicos**

| 2014                  |                    |                      |                      |                      |             |              |              |
|-----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------|--------------|--------------|
| Município             | AGROP.             | INDÚSTR.             | SERVIÇOS             | TOTAL                | % AGROP.    | % INDÚSTR.   | % SERV.      |
| Montenegro            | 54.164.586         | 1.051.523.748        | 1.244.155.958        | 2.349.844.292        | 2,31        | 44,75        | 52,95        |
| São Sebastião do Caí  | 18.283.961         | 116.121.633          | 369.765.109          | 504.170.703          | 3,63        | 23,03        | 73,34        |
| Bom Princípio         | 20.881.459         | 136.810.838          | 212.029.459          | 369.721.756          | 5,65        | 37,00        | 57,35        |
| Tupandi               | 43.237.630         | 188.281.526          | 94.972.698           | 326.491.854          | 13,24       | 57,67        | 29,09        |
| Feliz                 | 20.729.797         | 81.391.610           | 209.445.530          | 311.566.937          | 6,65        | 26,12        | 67,22        |
| Salvador do Sul       | 62.175.620         | 46.339.275           | 121.437.509          | 229.952.404          | 27,04       | 20,15        | 52,81        |
| Barão                 | 28.437.957         | 88.318.879           | 62.115.881           | 178.872.717          | 15,90       | 49,38        | 34,73        |
| Capela de Santana     | 23.002.906         | 33.493.130           | 93.202.687           | 149.698.723          | 15,37       | 22,37        | 62,26        |
| São José do Hortêncio | 11.853.089         | 46.920.253           | 49.152.535           | 107.925.877          | 10,98       | 43,47        | 45,54        |
| Harmonia              | 18.715.741         | 25.722.818           | 62.990.978           | 107.429.537          | 17,42       | 23,94        | 58,63        |
| Vale Real             | 17.767.620         | 23.538.945           | 54.663.058           | 95.969.623           | 18,51       | 24,53        | 56,96        |
| Maratá                | 27.715.484         | 29.405.115           | 32.554.374           | 89.674.973           | 30,91       | 32,79        | 36,3         |
| Brochier              | 21.674.476         | 6.203.044            | 44.376.911           | 72.254.431           | 30,00       | 8,59         | 61,42        |
| Pareci Novo           | 21.879.193         | 3.478.013            | 43.479.295           | 68.836.501           | 31,78       | 5,05         | 63,16        |
| Alto Feliz            | 18.744.597         | 13.564.517           | 26.830.926           | 59.140.040           | 31,70       | 22,94        | 45,37        |
| São Pedro da Serra    | 13.318.567         | 11.153.413           | 31.024.826           | 55.496.806           | 24,00       | 20,1         | 55,9         |
| São José do Sul       | 21.906.624         | 5.689.212            | 22.467.087           | 50.062.923           | 43,76       | 11,36        | 44,88        |
| São Vendelino         | 4.283.096          | 16.972.922           | 26.594.770           | 47.850.788           | 8,95        | 35,47        | 55,58        |
| Linha Nova            | 22.323.006         | 3.461.227            | 15.161.373           | 40.945.606           | 54,52       | 8,45         | 37,03        |
| <b>COREDE</b>         | <b>471.095.409</b> | <b>1.928.390.118</b> | <b>2.816.420.964</b> | <b>5.215.906.491</b> | <b>9,03</b> | <b>36,97</b> | <b>54,00</b> |
| <b>R S</b>            |                    |                      |                      |                      | <b>9,30</b> | <b>23,40</b> | <b>67,30</b> |

**Fonte:** Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 COREDE Vale do Caí (2017)

De uma forma geral, o território apresenta um grande potencial para ampliação de todos os setores da economia, levando em consideração a localização e as redes que o compõem. O CODETER Vale do Caí dividiu o território em três microrregiões geográficas para melhor organizar e definir o trabalho. Cabe ressaltar que o município de Portão não faz parte do Vale do Caí, mesmo assim fez parte do CODETER. Abaixo uma tabela mostrando as divisões:

**Quadro 1 - Microrregiões do CODETER**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>Microrregião 1</b> | Montenegro, Pareci Novo, Tupandi, Harmonia, São Sebastião do Caí, Capela de Santana, São José do Sul e <b>Portão</b> . |
| <b>Microrregião 2</b> | Bom Princípio, Feliz, Alto Feliz, Linha Nova, Vale Real, São Vendelino e São José do Hortêncio.                        |
| <b>Microrregião 3</b> | Salvador do Sul, Brochier, Maratá, São Pedro da Serra e Barão.   |

Fonte: Elaboração própria

Cada uma dessas unidades tinha uma dinâmica de trabalho específica, entretanto, a metodologia utilizada em todas as microrregiões foi a mesma, na qual foi orientada pelo MDA, uniformizado em nível de país. A microrregião de Montenegro estava inclinada para a área da citricultura, a microrregião de Salvador do Sul se articulou para buscar incentivos voltado às integrações de aves e suínos, silvicultura carvão e a microrregião de Bom Princípio buscou centrar esforços na olericultura. Em determinados momentos, a correlação de forças se voltava para o município, unindo organizações da sociedade civil e do poder público. Já em outros momentos, ocorreram inflexões nas quais as microrregiões se uniam entorno de uma única pauta coletiva.

Todo estudo que busque entender os processos de desenvolvimento inseridos no campo dos territórios rurais deve ter clareza do problema e do objetivo de pesquisa que está se buscando analisar, pois nas ciências humanas os termos usados carregam consigo uma “trajetória” teórica específica, fazendo com que se filiem a

determinadas correntes de pensamento, afastando ou aproximando de genealogias e conceitos. Esta dissertação se utilizou de teorias da Sociologia, da Administração, da Geografia e da Ciência Política que se complementam e que dialogam entre si, pois a complexidade empírica exige esta conexão entre as áreas.

Quando o viés de apreciação das ciências humanas incide sobre a pesquisa em desenvolvimento regional, e, mais especificamente, sobre os processos de gestão social dos territórios, é necessário que se pontue qual a esfera se pretende analisar. Também, além de delimitar bem o objeto de pesquisa, deve-se abordar questões que dialoguem interdisciplinarmente a fim de que se possa extrair ao máximo respostas para a investigação científica em questão. Somente assim poderemos compreender e explicar alguns pontos que permeiam o mundo rural contemporâneo e seu conjunto de relações sociais, de forma que a constante transformação desse também seja ponto factível de debate.

## 2 METODOLOGIA

Esta seção se refere aos passos metodológicos da dissertação e de aspectos epistemológicos da investigação acadêmica. Para isso, foram discutidas ideias de autores que contribuíram para a construção de reflexões entorno da importância do estabelecimento de bases científicas para a pesquisa em ciências humanas. Discorrer sobre aspectos relacionados à epistemologia da pesquisa que se utilize de abordagens relativas ao desenvolvimento regional exige conhecer os conceitos que dizem respeito a este campo de conhecimento científico. Reconhecer e categorizar tais especificidades se faz necessário para auxiliar a construir corretamente o objeto de pesquisa em desenvolvimento regional e gestão social do território, foco desta pesquisa.

Para a realização deste trabalho foi realizado inicialmente uma revisão bibliográfica acerca das principais teorias que baseiam este estudo, como gestão social e colegiados de desenvolvimento territorial. Em um segundo momento, será realizado um estudo sobre os dados secundários levantados, através de análise documental de materiais gerados pelo CODETER Vale do Caí.

Foram consultados diversos portais de pesquisa acadêmica com o intuito de buscar pesquisas relacionadas ao CODETER Vale do Caí. Os portais pesquisados foram: Google Acadêmico, Periódicos Capes, Scielo, Lume, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Science Research, Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos, Manancial Repositório Digital da UFSM, Repositório Institucional da Feevale e Repositório Institucional da UCS. Após ampla pesquisa nos referidos repositórios, não foi identificado nenhuma investigação científica voltada à experiência em questão. Entretanto, foram encontrados diversos trabalhos sobre diferentes colegiados de desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul e outros estados, o que ajudou na elaboração da pesquisa.

Em um outro momento, foram realizadas entrevistas com guia semiestruturado (Anexo), com diferentes atores envolvidos no processo de condução do colegiado. A quantidade de entrevistas foi medida pelo grau de saturação obtido nas respostas, tendo como norte mínimo 10 entrevistas com atores sociais e políticos envolvidos nos processos. As entrevistas tiveram um papel fundamental, pois contemplaram aspectos individuais dos agentes envolvidos e detalhes que são indispensáveis para

compreender como se deu o processo de gestão social no território. Essa percepção dos membros através das entrevistas mostrou o modo na qual formaram suas impressões do funcionamento e condução por parte das lideranças do CODETER.

As entrevistas foram realizadas com integrantes do colegiado que tiveram maior participação nas reuniões e que representassem diferentes organizações. As entrevistas foram realizadas por whatsapp, por videoconferência e por ligação, facilitando o acesso dos entrevistados. Alguns dos entrevistados já eram conhecidos do pesquisador, facilitando o processo de diálogo e entrada no campo, haja visto que o colegiado analisado já se encerrou e alguns membros já não residem mais no território. Foram entrevistados presidentes e ex-presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), secretários e ex-secretários de agricultura, agricultores, dirigentes de associações e cooperativas e técnicos da Emater/RS-Ascar e da extinta FEPAGRO.

O trabalho será baseado em análises qualitativas, buscando sistematizar o conjunto das informações obtidas nas entrevistas e documentos do colegiado. A abordagem qualitativa se faz necessária para melhor compreender a lógica do funcionamento do sistema de gestão social no referido colegiado. A pesquisa de cunho qualitativo busca identificar elementos que podem ser subjetivos e de difícil extração. Isso não desmerece este tipo de pesquisa, pois ela cumpre um rigoroso conjunto de procedimentos científicos a fim de que se possa compreender fenômenos sociais. Diferentemente da investigação estatística, a pesquisa qualitativa analisa todo o processo entorno do objeto, não se preocupando somente com os resultados e sim com todo o desenvolvimento da pesquisa em questão, complexificando o estudo.

Traduzir toda uma realidade através de números pode gerar respostas equivocadas neste tipo de pesquisa, pois se tratando de analisar as ações de um colegiado se faz necessário identificar as especificidades presentes nos discursos, nas práticas e projetos implementados pelos atores envolvidos no processo. Portanto esta investigação científica terá como base metodológica a pesquisa qualitativa.

## 2.1 EPISTEMOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Nas últimas duas décadas, um conjunto de transformações culturais e políticas vêm ocorrendo na sociedade, influenciadas, entre outros elementos, pelo avanço das novas tecnologias informacionais e científicas. A partir deste contexto, em se tratando de pesquisas acadêmicas, pode se levantar questões como: As pesquisas atuais sobre gestão social dos territórios e desenvolvimento regional estão atentas às transformações do mundo rural contemporâneo? Em que medida as pesquisas em desenvolvimento regional conseguem dar respostas às demandas da sociedade? Como nos diz Weber, a ciência não é neutra, portanto, devemos levar em consideração que clássicos modelos de pesquisa podem ser colocados em xeque, assim como teorias, modelos estatísticos, entre outras bases teóricas historicamente construídas e até então pouco contestadas. Esses pressupostos podem não satisfazer mais a demanda científica e os anseios da cultura que permeia o conjunto das relações sociais existentes hoje em dia, principalmente quando falamos em territórios rurais.

Este trabalho irá se debruçar sobre a gestão social do colegiado de desenvolvimento territorial do Vale do Caí. Para isso, se faz necessário descrever qual a perspectiva que se pretende seguir, pois cada conceito está inserido em categorias que habitam uma determinada genealogia, que trabalhadas de forma desarmônica, podem acarretar em imbróglis conceituais.

Importantes autores discutiram acerca do senso comum acadêmico, como Nietzsche, Bachelard, Canguilhem, Foucault, Bourdieu, Champagne, cada um com sua interpretação acerca dos fatos. Esses autores buscaram combater o senso comum que eventualmente ronda os centros de pesquisa, principalmente aqueles que apresentam bases positivistas arraigadas, os quais buscam achar as respostas exclusivas para a ciência que julgam verdadeira. Autores como Popper, Kuhn, Bourdieu, Champagne, estão entre os teóricos que fizeram um julgamento severo às formas de conhecimento pré-construídas e ao senso comum científico, realizando uma leitura crítica da realidade e explicando as consequências dos postulados baseados nesses conceitos.

Um dos autores que mais contribuiu nos estudos sobre ciência, foi o norte-americano Thomas Kuhn, na qual trouxe elementos que fizeram com que a pesquisa

acadêmica fosse repensada do ponto de vista epistemológico. O autor escreveu sobre como são construídos os paradigmas na ciência e como operam os centros de pesquisa de referência. Kuhn afirmava que um paradigma passa a ser verdadeiro quanto maior o número de cientistas “notáveis” o reconheçam enquanto verdadeiro, sendo que não precisaria necessariamente um número grande de pesquisadores, mas sim os mais importantes da área. Para Kuhn (2011):

A definição mais restrita de grupo científico tem outras consequências. Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir o seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Isso pode ser deixado para os autores de manuais. Mas, dado o manual, o cientista criador pode começar sua pesquisa onde o manual a interrompe e desse modo concentra-se exclusivamente nos aspectos mais sutis e esotéricos dos fenômenos naturais que preocupam o grupo. Na medida em que fizer isso, seus relatórios de pesquisa começarão a mudar, seguindo tipos de evolução que têm sido muito pouco estudados, mas cujos resultados finais modernos são óbvios para todos e opressivos para muitos. Suas pesquisas já não serão habilmente incorporadas a livros como *Experiências... sobre a Eletricidade de Franklin* ou a *Origem das Espécies de Darwin*, que eram dirigidos a todos os possíveis interessados no objeto de estudo do campo examinado. Em vez disso, aparecerão sob a forma de artigos breves, dirigidos apenas aos colegas de profissão, homens que certamente conhecem o paradigma partilhado e que demonstram ser os únicos capazes de ler os escritos a eles endereçados. (KUHN, 2011, p.40).

Dessa forma, as ciências naturais e exatas se consolidaram muito em função de buscar as respostas que estavam ocultas nos próprios objetos, sendo os cientistas os responsáveis por buscar encontrá-las. Essa máxima ainda norteia em muito a forma como a ciência é feita em alguns lugares, sendo que a noção de irradiar paradigmas ainda é aceita e propagandeada, principalmente quando alguns centros de difusão de pesquisa são tidos enquanto referência hegemônica. Nessa lógica, os saberes construídos localmente são deixados de lado em nome do conhecimento acadêmico já estabelecido.

Assim, o que historicamente se construiu a partir do panorama clássico da ciência moderna foi através da lógica positivista de análise e construção de alternativas científicas, sendo que, em muitas vezes essas se viram deslocadas da realidade na qual se encontravam. Nas ciências humanas, a visão positivista de sociedade causa prejuízos principalmente quando serve para postular políticas e ações voltadas ao desenvolvimentismo, na qual eleger o desenvolvimento econômico como o verdadeiro motor das relações.

Em função de todas essas transformações, as sociedades científicas devem buscar orientar seu olhar a partir de óticas variadas, devendo ir além de simples explicações que geram debates superficiais, principalmente quando analisam aspectos relacionados às relações sociais de uma forma geral. Então, conectar abordagens, para melhor poder construir elementos que possam vir a explicar os fenômenos passíveis de compreensão por parte da ciência, é algo de extrema importância para qualquer sociedade que se diga moderna ao ponto de contrapor paradigmas científicos ultrapassados e que pouco explicam o mundo atual.

No que se refere à construção do objeto de pesquisa em gestão social, pode-se dizer que é tarefa essencial para que uma investigação científica tenha coerência. Essa delimitação é fundamental para orientar todo o processo de análise teórica, passando pela coleta de dados, pela formulação das hipóteses, pela análise e chegando até os resultados finais. Toda essa construção de teorias e de levantamentos de informações deve partir da figura do pesquisador, na qual é o sujeito responsável pela organização da pesquisa e, conseqüentemente, dos dados gerados, sem ser levado por influências, pois quando fazemos pesquisa em ciências humanas, na qual envolve necessariamente pessoas, não se pode, de forma alguma, ser conduzido pelas perspectivas do entrevistado, como nos diz Bourdieu (2007):

A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem um objeto que fala. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do "cientista" e da sociologia espontânea de seu objeto. (BOURDIEU et al. 2007, p. 50).

Ao ser influenciado pelo olhar dos pesquisados, ou mesmo ao perder o foco do objeto de pesquisa, o cientista pode comprometer a investigação científica; pois pode gerar falsos resultados ou mesmo uma pesquisa totalmente enviesada. Portanto, construir um objeto de pesquisa envolve refletir acerca de muitos aspectos em uma pesquisa científica, levando em conta a formulação de hipóteses, adequação ao tema, genealogia dos termos, entre outros cuidados, tudo isso para evitar o senso comum erudito, como nos diz Champagne (1996):

(...) o sociólogo deve levar em consideração o fato de que existe, atualmente, um verdadeiro “senso comum erudito”, espécie de mistura de senso comum corrente com produtos das ciências sociais, na medida em que estas são amplamente ensinadas desde o 2º grau e na medida em que todos os anos é publicado um grande número de obras de sociologia (livros de ciências humanas destinados aos profissionais e estudantes, assim como ensaios que visam um público intelectual mais amplo, romances “sociológicos” para o “grande público”, etc.) em suma, desde que existe uma ampla difusão, e, por conseguinte, uma espécie de vulgarização, do procedimento das ciências humanas, ou pelo menos, de seus conceitos e resultados. (CHAMPAGNE, 1996, p.171–172)

Essa vulgarização das ciências humanas que Champagne trata diz respeito a um conjunto de áreas do conhecimento, na qual são criticadas por quem se filia na visão positivista da pesquisa. Muitas das pesquisas em gestão social e desenvolvimento regional trabalham a partir da perspectiva das ciências humanas, na qual contribuem significativamente para os estudos nestes campos do conhecimento. Os métodos e as técnicas utilizadas por estas ciências fazem parte de um leque de procedimentos totalmente reconhecidos pela academia, contendo todos os passos para que uma pesquisa seja considerada científica, desconstruindo visões equivocadas que possam existir. A sociologia se constitui enquanto campo científico pois como nos diz Bourdieu (2010):

A Sociologia só pode se constituir como ciência realmente separada do senso comum, com a condição de opor às pretensões sistemáticas da Sociologia espontânea a resistência organizada de uma teoria do conhecimento do social cujos princípios contradizem, ponto por ponto, os pressupostos da filosofia primeira do social (BOURDIEU, 2010, p. 25).

Para construir um objeto de pesquisa em gestão social, é indispensável a delimitação do campo a ser analisado, pois sem esta organização o trabalho perde o foco e, conseqüentemente, a clareza. Não será na primeira pesquisa que o jovem pesquisador irá conseguir fazer todas as delimitações necessárias e quiçá construir sozinho um problema de pesquisa relevante. É com o passar do tempo que se consegue compreender o real sentido do fazer científico e da responsabilidade que existe na investigação em ciências humanas, sem deixar descuidar das tentações do senso comum erudito. Outro erro do jovem pesquisador é fazer a tentativa de escrever sobre todos os aspectos relacionados a uma determinada área. Mesmo que se tenha

esta ambição, deve-se tomar cuidado, pois uma pesquisa dificilmente irá propiciar conhecer todos os aspectos do objeto estudado.

Nem sempre as pesquisas em gestão social apresentam um objeto de pesquisa claro. Isso porque buscam trabalhar o conhecimento de forma interdisciplinar que, por vezes, acarreta dar “pinceladas” em vários campos do conhecimento e, ao mesmo, tempo tangenciar tais campos, o que acaba por perder o foco da análise. Trabalhar com diferentes áreas do conhecimento em uma pesquisa exige refletir sobre a relação que existe entre essas, sem perder o objetivo do trabalho e respeitando a genealogia dos conceitos. Como Bourdieu denota, existem os chamados “conflitos de fronteira”, na qual podem dissolver os limites entre os campos do conhecimento fazendo com que percam sua identidade confundindo o resultado aguardado.

Quem sabe a maior dificuldade em uma investigação acadêmica seja construir um problema de pesquisa. Elaborar uma problemática de pesquisa envolve fazer questionamentos acerca do objeto e o que se quer com estes questionamentos. Ela será o condutor e delimitador do texto, buscando responder através dos objetivos específicos as perguntas colocadas. Entretanto, saber identificar o que é um problema de pesquisa na sociologia e o que é um problema social é tarefa fundamental do pesquisador em ciências humanas, como nos dizem os autores:

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidas e nomeados pela sociologia espontânea ou problemas sociais" cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos. (BOURDIEU et al. 2007, p. 47).

Caso o pesquisador faça confusão e se utilize de um problema da realidade social ao invés de um problema de pesquisa científico, o objeto de pesquisa também irá se comprometer. Por mais que uma determinada situação do mundo empírico possa aparentar ter uma problemática em si, ela não poderá ser considerada uma problemática acadêmica. Isso, uma vez que para isso ocorrer é necessário que se desenvolva um conjunto de elementos reconhecidos pela ciência na qual foram descritos mais acima neste artigo. Problemas sociais carecem de resolução por parte do poder público e podem ser estudados e analisados cientificamente, entretanto eles não são em si os questionamentos de uma pesquisa científica. A tarefa do pesquisador é conseguir interpretar realidades através de métodos e técnicas para

que aí sim possa construir resultados de pesquisa da realidade social. O objeto da pesquisa deverá passar por uma interrogação sistêmica para que se possa consolidar enquanto tal:

Com efeito, os conceitos mais capazes de desconcertar as noções comuns não detêm, em estado isolado, o poder de resistir sistematicamente à lógica sistemática da ideologia: ao rigor analítico e formal dos conceitos ditos "operatórios" opõe-se o rigor sintético e real dos conceitos que receberam a designação de sistêmicos" porque sua utilização pressupõe a referência permanente ao sistema completo de suas interpretações. Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada. (BOURDIEU et al. 2007, p. 47-48).

A pesquisa científica nas ciências humanas poderá mostrar através de seus resultados indicativos, ou mesmo respostas, para determinadas questões sociais, podendo contribuir diretamente ou indiretamente para soluções que possam ser utilizadas pela sociedade. Construir resoluções para problemas sociais não é o objetivo da pesquisa sociológica, mas sim construir subsídios para que tais resoluções sejam mitigadas. O pesquisador deve saber separar aspectos da realidade social, interpretando as questões que se colocam para sua análise, conseguindo distinguir a realidade na sua essência, indo além do senso comum, pois o real nunca toma a iniciativa já que só dá resposta quando é questionado (BOURDIEU et al. 2007).

### 3 ATORES, DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS

A partir dos anos 1980 e 1990, uma ampla gama de espaços deliberativos institucionais foram criados para que se pudesse decidir sobre políticas públicas, destinação de recursos públicos, construção de planos e projetos, entre outras possibilidades. Processo este que perpassa a esfera municipal, estadual e chega até o âmbito federal, tendo o Estado como indutor das principais formas de organização, como apontam Moura e Silva (2008). Para Tenório (2016b):

a partir do processo de redemocratização, se observam, ao longo da década de 1980, mudanças no relacionamento entre Estado e sociedade. Tem-se, em certa medida, a abertura de alguns canais de diálogo entre Estado e os setores populares, e o movimento de contestação desses setores se somam, aos poucos, aos espaços de negociação com o setor público. (TENÓRIO, 2016b, p. 106)

A presença da sociedade civil nestes espaços de deliberação ainda é modesta, restando a participação dos agentes vinculados ao setor público ou representantes de empresas privadas interessados em determinada pauta. Ainda persiste a ideia em muitos setores da sociedade que as políticas públicas são elaborações neutras e que servem a toda população, não levando em conta a forma de como foi elaborada e porque foi elaborada. Para Romano (2009):

Ao se deixar de considerar as políticas como uma mera ação administrativa – resultado da eleição de um “planejador racional” – e passar a visualizá-las como produto de um complexo processo político, entram de novo em cena na sua análise questões tradicionais da Ciência Política, do tipo: como se distribui o poder; em que consiste o conflito; e quem ganha e quem perde com cada alternativa de política. (ROMANO, 2009, p. 19)

De uma forma geral, ainda é o Estado quem coordena os processos de participação da sociedade civil nos espaços de deliberação como, conselhos, fóruns, comitês, agências, colegiados, câmaras, governanças, entre outras experiências. Muitas vezes os coletivos organizados reivindicam espaço, porém acabam por não conseguir sustentar sua participação, seja por incapacidade técnica, dificuldade financeira ou mesmo sustentação política, relegando ao Estado ou a entidades privadas a condução dos processos decisórios muitas vezes relacionados à própria sociedade civil.

Entretanto, é importante que haja um esforço para que os setores organizados da população consigam participar de forma efetiva, contribuindo e pautando governos e entidades, garantindo a abertura das estruturas deliberativas da sociedade, como afirmam Moura e Silva (2008):

Ou seja, são as formas de associativismo civil, na medida em que tiverem capacidade e autonomia, que garantirão que o fluxo de influências oriente-se da sociedade para as instituições político-administrativas, garantindo o controle e a abertura destas para os interesses societários, e não o contrário, com a subordinação da sociedade e seus atores aos interesses e à racionalidade da esfera político-administrativa. Desse ponto de vista, acredita-se na lógica democratizante própria das organizações da sociedade civil que contrasta com as lógicas burocráticas do Estado e excludente do mercado. (MOURA e SILVA, 2008, p. 46)

Na base espacial compreendida pelo Vale do Rio Caí pode se identificar um conjunto de forças institucionais, desenvolvendo uma rede intersetorial com vistas a articulação de ideias e agendas positivas, garantindo a participação da sociedade civil. Essas redes são constituídas a partir de entidades e grupos existentes no território. Observa-se a existência de relativa consonância de ideias entre as entidades a fim de que se atinjam objetivos comuns.

### 3.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

A discussão acerca das estratégias de desenvolvimento em territórios marcados pela forte presença da agricultura familiar deve abarcar elementos de ordem social, ambiental, cultural, político e econômico. Nesta parte da dissertação, será realizada uma breve discussão sobre os pressupostos sociológicos que permeiam os processos de desenvolvimento endógenos voltados às demandas internas do CODETER Vale do Caí.

Antes de construir qualquer projeto de desenvolvimento em um território, é necessário realizar estudos demográficos, ambientais, sociais, culturais e econômicos sobre o mesmo, identificando como foi o processo de formação e quais os recursos possíveis de serem utilizados. Após este processo inicial, se faz necessário realizar um mapeamento das organizações e atores presentes. Com toda esta leitura feita, é possível esboçar objetivos e metas de trabalho. Como veremos nesta pesquisa, foi desta forma que se constituiu o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí.

Os principais estudos sobre a sociologia do desenvolvimento resultaram em alguns conceitos, dentre eles destacamos três: desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno e a relação entre os dois. Segundo Kageyama:

No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (KAGEYAMA, 2004, p. 383).

Diferentes podem ser as abordagens sobre o paradigma do desenvolvimento. No caso do CODETER, o principal elemento a ser debatido é qual o enfoque que foi trabalhado e, a partir disso, o que se colheu como resultado? A história de organização

do território foi valorizada? Importar modelos de desenvolvimento “que deram certo” pode ser catastrófico caso as diferenças não sejam analisadas e debatidas.

O modelo de desenvolvimento endógeno tende a observar quais os possíveis pontos a serem trabalhados com vista à promoção do local/território. Isso se dá desde que se atue de forma articulada com as comunidades, organizações, poder público e privado inseridos no contexto; principalmente quando se refere a um processo voltado à discussão da gestão social em um território rural. Não se trata de barrar a relação com elementos externos ao processo que não seja diretamente o local, mas sim potencializar ao máximo as alternativas existentes. É impossível criar e operar processos de desenvolvimento endógeno de forma isolada e sem dialogar com o “externo”.

Ao se pensar em desenvolvimento endógeno, as trocas de conhecimento devem existir em todos os momentos, valorizando o ambiente externo coordenado sempre pelo ambiente interno. Para Borba et al (2004) apud Sevilla Guzmán (2001 p. 41), o endógeno não pode ser visualizado como algo estático e que refaz o externo. É impossível atuar de forma a não reconhecer as influências externas, tratando-as como se não existissem. Toda e qualquer reação que se dê no âmbito do interior de um colegiado gestor como o CODETR Vale do Caí, reflete as relações que ocorrem no “lado de fora” do seu espaço.

O problema em importar modelos de desenvolvimento totalmente externos, chamados de modelos exógenos de desenvolvimento é que na maioria das vezes eles são genéricos e acabam por desconsiderar a construção histórica local. Os modelos de desenvolvimento exógeno são pensados por atores externos e se configuram normalmente enquanto propostas fechadas. O Marco Referencial em Agroecologia, elaborado pela Embrapa (2006), nos diz que os projetos articulados a programas de desenvolvimento local em geral são de longa maturação, devendo ser dimensionados para prazos estendidos, evitando riscos de descontinuidade e frustração por parte das comunidades. Assim, um dos pontos basilares da lógica dos projetos endógenos de desenvolvimento se funda no fato de que o retorno esperado, seja ele social, ambiental ou econômico, acabe por dinamizar de fato o local, envolvendo atores e organizações.

### 3.2 OS ATORES DO CODETER

Não é possível afirmar que este movimento seja algo totalmente pensado e articulado através de um trabalho cooperativo, mas sim uma certa sintonia nas ações realizadas no território. Durante a busca de informações sobre a história do Vale do Caí, foi identificada a importante participação da ONG alemã GTZ (Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), na qual atuou no território contribuindo no processo de organização social na década de 1990 até o início dos anos 2000, tendo como base a ideia do cooperativismo e do associativismo. A atuação desta organização pode ter sido importante no tocante a mobilização de grupos e formação de lideranças.

Neste território, existe um grande número de entidades ligadas a diferentes áreas - turismo, citricultura, olericultura e fruticultura. Por sua vez, essas áreas construíram bases institucionais ligadas a câmaras de desenvolvimento setorial, governanças, associações, cooperativas, universidades, comitês, ONGs, institutos técnicos e diversos Grupos de Trabalho envolvendo essas entidades. Juntas, essas entidades adquiriram uma grande capacidade de disputar recursos e de construir mobilização social entorno de suas pautas. Abaixo temos exemplos de espaços de articulação regional que apresentam ligações de forma direta e indireta com o meio rural do Vale do Caí:

**Quadro 2 - Espaços de articulação regional<sup>3</sup>**

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| Grupos de Trabalho               | Turismo, Artesanato, Carvão, Segurança e Soberania alimentar, Citricultura.  |
| Conselhos                        | CODEVARC (Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Caí), COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), CONSEMA (Conselho dos Secretários Municipais da agricultura do RS). |
| Rotas turísticas intermunicipais | Sabores e Saberes, Caminho das Velhas Colônias.  |

<sup>3</sup> Neste quadro não foram citadas associações rurais, cooperativas agropecuárias, movimentos sociais e empresas privadas por não se tratar de espaços deliberativos da sociedade civil e de construção e monitoramento de políticas públicas.

|                        |   |
|------------------------|---|
| Governança             | Turismo   |
| Câmara setorial        | Olericultura, Citricultura.   |
| Associações            | AMVARC (Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí).  |
| Entidades educacionais | IFRS Campus Feliz, UCS Campus São Sebastião do Caí, UNISC Campus Montenegro, UERGS Montenegro, Polos EAD de universidades particulares. |
| Comitê                 | Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí.   |

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Esse conjunto de entidades compõe o que podemos chamar de rede de articulação voltada ao desenvolvimento regional no Vale do Caí. Neste território se observa uma grande quantidade de organizações voltadas a discussões sobre desenvolvimento regional, as quais acabam tendo seu foco no setor agropecuário, em função de que este setor envolve uma grande parcela do desenvolvimento econômico do território. Os municípios presentes no Vale do Caí são considerados rurais pela classificação do IBGE, com exceção de Montenegro, na qual os setores de indústria e comércio se sobrepõem à produção agrícola, como será mostrado em uma tabela mais à frente.

Os grupos gestores de atividades como turismo, citricultura, olericultura acabam por aglutinar força a ponto de construir ações diretas através da articulação com prefeituras e órgãos de assistência técnica regional, em parceria com cooperativas, associações de famílias rurais e associações de municípios. Podemos citar parcerias consolidadas em prol da agricultura familiar como Emater/RS-Ascar, SICREDI, SEBRAE, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outras.

Esse conjunto de entidades tendem a cooperar quando existe a necessidade de construir ações coletivas entorno do desenvolvimento regional. Em um âmbito mais geral, pode se dizer que as relações sociais são permeadas por um conjunto de relações econômicas e culturais, na qual os indivíduos se inserem e interagem construindo suas redes. Schmitt (2011, p. 97), ao comentar Granovetter, afirma que os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações.

No que se refere ao apoio de institutos educacionais podem ser citados como parceiros a UFRGS, a UNISC, o IFRS e a UCS. O processo de pesquisa e extensão

universitária aliado diretamente a órgãos executores de políticas públicas e que apresentem alinhamento estratégico contribui decisivamente para a ampliação dos mecanismos de desenvolvimento regional. Esse conjunto de entidades opera no sentido de tornar mais complexo o conjunto das relações sociais e de produção, pois consegue criar dinâmicas internas e que dão sentido às organizações de forma a contribuir com o complexo sistema da agricultura familiar.

### 3.3 GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS

No âmbito acadêmico, as discussões sobre bens comuns (*commons*) tiveram um destaque a partir das pesquisas de Elinor Ostrom, especialmente no desenvolvimento dos estudos sobre governança dos bens comuns a partir de uma perspectiva diferenciada da visão tradicional da economia. A fim de introduzir um debate sobre a governança dos bens comuns a partir da teoria de Ostrom, é preciso resgatar o contexto em que sua obra se insere, mostrando de que forma surgiu e qual sua contribuição no que se refere à discussão sobre governança territorial.

Faz-se necessário citar o estudo publicado na revista *Science* em 1968 de autoria do biólogo Garrett Hardin, na qual foi defendida a hipótese conhecida como “*a tragédia dos comuns*”. Nesse ensaio, o autor formula sua argumentação apresentando uma metáfora do uso da terra por criadores de animais e o uso da individualidade como balizadora das ações racionais de acordo com seus próprios interesses, contrariando os interesses coletivos da comunidade para obtenção do melhor resultado. Ao agirem de forma individual e não cooperativo, acabam por esgotar os recursos do meio comum em que vivem.

Por meio de sua hipótese sobre a exploração dos recursos com base na escolha racional individualista, Hardin (1968) conclui que o acesso e a demanda irrestrita a recursos ou bens finitos acarreta em um esgotamento destes por consequência da superexploração e apresenta como solução a necessidade de intervenção de terceiros, sendo um estatal para regulamentação e o setor privado a fim de realizar a manutenção dos bens comuns por meio de um suposto uso racional. Hardin utilizou metáforas para exemplificar como os recursos finitos são superexplorados e citou o crescimento da população como um fato primordial para a aceleração do desgaste dos bens comuns. Segundo o autor, essa conclusão de

finitude dos recursos e superexploração baseada na individualidade racional é o que justifica o uso do termo “a tragédia dos comuns”.

Com o intuito de adentrar no debate sobre a governança, apresentamos uma conceituação de Bollier (2012), que remete a algumas características fundamentais dos *bens comuns*:

Um bem comum é um sistema de autogestão e de direitos de consenso (conselhos) para controlar o acesso a um recurso e sua utilização. Em geral, os bens comuns têm limites bem definidos. Estão sujeitos a regras bem entendidas por seus participantes. Há suficiente abertura para identificar e castigar os “oportunistas”. As regras de gestão de um bem comum podem ser informais e implícitas, e estar encarnadas nas tradições e normas sociais. Ou bem podem ser explícitas e estar codificadas formalmente na lei. Nos dois casos, as pessoas que compartilham um bem comum têm uma compreensão social de quem tem direito a usar os recursos e em que condições. (BOLLIER, 2012, p. 47).

A argumentação de Hardin suscitou debates no meio científico, uma vez que a abordagem do autor privilegia um modelo de individualismo e soluções condicionadas à interferência de terceiros, inferindo a privatização dos bens comuns como uma solução para as problemáticas da exploração dos recursos dos bens comuns. Esses argumentos foram questionados e refutados por outros pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que o sucederam, e, dentre eles, se destaca a produção teórica de Erlin Ostrom.

A governança dos bens comuns foi o tema que rendeu a Ostrom o prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 2009, juntamente com Oliver Williamson. Os pesquisadores apresentaram, de forma inédita, diversas experiências de comunidades que desenvolveram mecanismos de decisão e regulação dos bens comuns eficientes diversos das práticas tradicionais utilizadas pelos atores do mercado ou do Estado.

As evidências dos estudos demonstravam que a gestão dos chamados bens comuns, como pastagens, campos, florestas, eram geridos de acordo com interesses que iam de encontro à visão convencional do interesse individual. Assim, divergindo desta e apresentando outras práticas baseadas em cooperação e reciprocidade.

Ostrom (2009) apresentou estudos que demonstraram resultados além da concepção convencional da área econômica a respeito da gestão dos recursos. Segundo Bollier (2012), a pesquisadora, com apoio da sua equipe, mapeou centenas

de casos de governança de bens comuns por comunidades que agiram de forma cooperativa e recíproca, com atuação diversa das ações do Estado ou do mercado, o que consolidou a pesquisadora como uma referência nas teorias que se refutam os argumentos apresentados por Hardin e sua teoria da “*tragédia dos comuns*”.

A visão da economia tradicional sugere que os bens comuns utilizados no contexto da maximização dos interesses individuais, acaba por gerar um impacto do esgotamento desses recursos em longo ou médio prazo. E, a partir disso, as soluções historicamente apresentadas pela teoria econômica estão relacionadas com privatização e regulamentação governamental. Porém, esses dilemas, segundo Ostrom, implicam em uma análise sob outra perspectiva, ou seja, a partir da gestão dos bens comuns por meio de experiências colaborativas/cooperativas e de reciprocidade.

Os estudos demonstraram elementos não antes considerados na gestão dos bens comuns, uma vez que a visão da tomada de decisão racional tradicionalmente abordada pela economia tinha como base a influência direta do Estado regulador e o mercado voltado aos interesses individualistas. Segundo Ostrom (2005), os bens comuns são regidos dentro de um sistema institucional, ou seja, as regras formais e informais reconhecidas como legítimas e aplicadas em determinados contextos, sendo que as regras formais incluem a legislação e dos demais poderes do Estado, bem como relação contratual entre particulares (Ostrom, 2005). Na esteira da governança dos bens comuns, Ostrom defende que os arranjos institucionais são complexos e há uma natureza multifacetada na interação dos indivíduos e das comunidades com os chamados bens comuns.

A partir dessa complexidade, a autora argumenta em ações autônomas da comunidade baseadas em cooperação e não em um comportamento racional individualista. Existem elementos em suas pesquisas que comprovam a possibilidade de gestão compartilhada dos recursos e uma preservação do ecossistema baseada na reciprocidade entre os indivíduos que usufruem dos bens comuns.

Nesse sentido, Ostrom e Hess (2007) criticam o cerceamento dos recursos dos bens comuns pelo setor privado, a fim de ampliar o debate para as consequências desse monopólio e fomentar o uso dos recursos de forma sustentável e não excludente:

A capacidade de capturar o que antes era incapturável gera uma mudança fundamental na natureza do recurso, onde o recurso deixa de ser um bem público, não rival, não excludente para converter-se em um recurso comum que é necessário gerido, controlado e protegido, a fim de assegurar sua sustentabilidade e preservação. (OSTROM e HESS, 2007, p. 10).

A partir desse trecho, se pode compreender os recursos de uso comum (common pool resource) como um bem compartilhado, independente de qualquer sistema de direitos legais de propriedade. Esse olhar para a natureza institucional dos recursos foi explicitado por Ostrom a fim de distinguir um bem comum de uma propriedade comum, uma vez que esse último implica em ação direta de regulamentação sobre direitos de propriedade. Essa também é uma diferença essencial entre Ostrom e Hardin no que tange à natureza dos bens comuns e sua utilização.

O ineditismo do debate, em Ostrom, reside na perspectiva em demonstrar as experiências de gestão dos recursos dos bens comuns demonstrando a complexidade e reconhecendo que há questões a serem consideradas, com base na racionalidade. Ou seja, a autora apresenta uma diferenciação da gestão dos recursos em contextos institucionais diversos. Em organizações competitivas, o comportamento seria diferente de situações onde existiriam arranjos institucionais menos restritivos.

### 3.4 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS

De acordo Stollorz (2011), estudos de Ostrom foram realizados com base em casos robustos de gerenciamento sustentável de bens comuns e na maioria desses casos, especificamente em dois terços das experiências relatadas, foi observada a constância do que Ostrom (2012, p.117) definiu como oito princípios presentes no gerenciamento sustentável dos bens comuns. A autora trata sobre "princípios de design" de gerenciamento de recursos. São eles:

- **Limites claramente definidos**

Para que haja uma organização da ação coletiva, é preciso que exista uma delimitação territorial dos recursos que estarão disponíveis para serem usados de forma comum, bem como há a necessidade de que sejam estabelecidas regras de exploração desses recursos, ou seja, deve haver limites claros para que os recursos sejam utilizados de forma delimitada. Outro aspecto importante desse princípio é que haja uma distinção clara de quem são ou serão os usuários desses recursos e em que medida eles se utilizam desses bens.

Essa regra evita que haja um uso indevido e que os recursos sejam utilizados por “outsiders”, ou pessoas de fora do grupo, não pertencentes à comunidade que está gerindo aquele recurso comum. Nesse caso da delimitação de uso por “outsiders”, a autora explica que a delimitação do acesso e gestão dos bens por esses indivíduos ou grupos se dá em razão dos resultados potenciais, ou seja, não estariam previstos os impactos destrutivos da exploração dos recursos por pessoas não autorizadas, ou que não pertençam ao grupo.

Assim, a delimitação é um dos principais princípios organizativos para o bom uso dos recursos em um território. Esse ponto está relacionado à noção de que bens comuns não são “bens de ninguém”. Pelo contrário, deve haver um limite estabelecido do quanto e de quem está autorizado a utilizá-los e manejá-los. Apesar de essencial, esse princípio não é suficiente para garantir o gerenciamento eficiente de forma isolada, uma vez que a exploração pode ocorrer de forma indevida pela coletividade autorizada. Para evitar isso, também é preciso que haja regras claras sobre o uso e apropriação e aprisionamento dos recursos.

- **A apropriação e provisão de recursos comuns adaptados às condições locais**

Um outro princípio necessário para o bom gerenciamento é a clareza das regras no que tange ao uso e às restrições de uso dos bens comuns quanto ao local, técnicas utilizadas e tempo. Essas regras devem estar alinhadas com as condições locais e adaptadas ao bem comum e as condições que aqueles bens oferecem. Esses elementos como o bom uso a partir de regramentos adaptados são essenciais para que haja a manutenção sustentável de um determinado território, a manutenção e a longevidade da utilização do que há naquele limite definido como espaço comum. As regras de apropriação dos usuários e do sistema deve estar em harmonia e estrategicamente relacionado ao contexto local, o que denota que há elementos objetivos a serem considerados para que haja o manejo sustentável.

- **Participação nos processos decisórios**

Nos casos de sucesso analisados, um dos principais elementos que tornaram a experiência exitosa, reside no gerenciamento dos bens coletivos a partir de participação direta da coletividade, ou seja, os regramentos operacionais que possibilitam a participação dos indivíduos nos processos decisórios são determinantes na governança dos bens comuns. Isso ocorre porque a probabilidade dos indivíduos se sentirem parte daquilo que compõem é maior do que daquilo do qual não estão inseridos, ou seja, a interação dos usuários com o ecossistema gera uma proximidade e uma legitimidade daqueles usuários decidirem e alinharem as regras de gestão. Usuários de bens comuns tratam suas instituições de acordo com três princípios: delimitação clara, congruência entre regras e participação nos processos decisórios. Os estudos demonstraram que houve um impacto exitoso no gerenciamento dos bens comuns a partir do poder decisório da coletividade de dentro da comunidade gestora dos recursos, e que a influência externa, de usuários externos, não teve impacto relevante para o desenvolvimento. Por isso as discussões sobre o território devem ser feitas por agentes atuantes no mesmo, de forma a gerar desenvolvimento endógeno.

- **Mútuo monitoramento**

Os usuários do sistema de bem comuns são os próprios agentes que atuam no controle ativo da utilização dos recursos e na fiscalização do comportamento dos

outros usuários. É o mecanismo de controle da comunidade, baseado na atuação e, igualmente, fiscalização dos indivíduos pelos próprios indivíduos. Quando alguém infringe as regras, toda coletividade corre os riscos de arcar com as consequências, o que faz com que o monitoramento mútuo entre os beneficiários dos recursos comuns seja eficiente na gestão, gerando assim um impacto positivo e constante no acompanhamento das ações. Esse princípio demonstra que a responsabilidade coletiva gera impactos relevantes para a governança sustentável e eficiente dos bens comuns, tornando as boas práticas e as regras de monitoramento mútuo um combate às práticas individualistas.

- **Sanções graduais**

Quando os indivíduos quebram as regras estabelecidas, não há uma sanção externa direta, e sim, uma responsabilização interna, perante à coletividade, de acordo com a extensão da regra que foi transgredida. Nos sistemas de governança eficiente e colaborativa, as sanções iniciais são consideradas brandas. Apesar disso, Ostrom verificou que há elementos coercitivos de natureza recíproca e coletiva que acabam por levar os indivíduos a uma adequação às regras segundo a autora, esse comportamento é uma decorrência do sistema de controle em si, pois os usuários veem vantagem em não transgredir, visto o alto custo coletivo para os punidores e, também, para os que sofrem as sanções. Esses mecanismos de controle verificados fazem com que o usuário se sinta compelido a colaborar para não perder a credibilidade.

- **Mecanismos de solução de conflitos**

A partir do princípio apresentado acima, se compreende que a própria comunidade tenha seus mecanismos de resolução de conflitos, especialmente no que tange a pequenas transgressões das regras estabelecidas. Os espaços onde os representantes resolvem as questões dessas transgressões são importantes para a boa governança, uma vez que há delimitações necessárias e bem definidas sobre as permissões e autorizações do uso dos bens comuns. É o próprio sistema que se organiza a fim de restabelecer uma ordem possível na solução dos conflitos. Há, de acordo com a autora, uma responsabilidade com o coletivo que acaba por impelir os indivíduos a colaborarem na resolução dos problemas, visto que as consequências

podem atingir a coletividade. Assim, se tornam essenciais os mecanismos de solução de conflitos.

- **Reconhecimento de direitos**

Nota-se que há uma interligação entre os princípios. No sistema de governança dos bens comuns sustentáveis, o princípio de reconhecimento de direitos implica na constatação de que os direitos e obrigações existem internamente e não são questionados por um órgão verificador externo. É o reconhecimento de que há autonomia para aprovar e aplicar os direitos, sem que seja preciso a regulamentação estatal. O Estado não terá monopólio sobre essas ações.

- **Governança policêntrica**

Este último princípio trazido por Ostrom trata sobre uma governança que seja alinhada com os interesses coletivos e sustentáveis dos bens comuns. É preciso que haja um alinhamento com os interesses de ordem local e os sistemas regionais, uma vez que a complexidade dos sistemas de gestão implica em diferentes níveis administrativos. Foi o que a autora chamou de governança policêntrica, tendo em vista que os bens comuns fazem parte de um complexo ecológico, jurídico, social e econômico. Quando há governança incompatível com os outros níveis de regras vigentes, há um enfraquecimento e, em médio a longo prazo, gera uma administração insustentável. Sendo assim, a forma com que as decisões da gestão se harmonizam com as demais esferas, contribui para o sucesso e desenvolvimento sustentável. A fim de relacionar a teoria acerca da governança dos bens comuns e sua relação com o aporte sobre governança territorial acima, serão abordadas as aproximações possíveis, a partir do diálogo teórico apresentado.

## 4 GESTÃO SOCIAL

O conceito de gestão social discutido neste trabalho tem forte influência de teorias elaboradas no Brasil, contendo elementos derivados da empiria e da análise de espaços coletivos de decisão entorno de políticas públicas e de participação popular. O tema é considerado relativamente novo no país, sendo que vem crescendo à medida que se ampliam as revistas especializadas, eventos na área e pesquisas. Autores como Cançado (2013), Dallabrida (2013) e Tenório (2005) têm realizado pesquisas neste sentido, buscando aprofundar o estudo e a elaboração teórica acerca do conceito de gestão social.

### 4.1 DEBATENDO O CONCEITO

Um dos primeiros autores que alicerçaram teoricamente o conceito foi Tenório (1998). O autor iniciou a desenvolver um conjunto de análises voltadas à burocracia estatal brasileira dos anos 1990 e sua relação com a privatização de estruturas. Este novo cenário suscitou amplos debates entorno do papel do Estado e quem deveria mediar as relações entre este o poder público e a sociedade. Neste contexto surge o Programa de Estudos em Gestão Social.

Assim, é a partir desse novo marco institucional que em 1990 criamos, no espaço da então Ebap, um programa de pesquisa denominado Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs), cujo objetivo central era refletir sobre quem seria o novo mediador entre o poder público e a sociedade na medida em que não compartilhávamos da ideologia de que o mercado, por si só, poderia desempenhar novas funções além de acumular capital. (TENÓRIO, 2016a, p.12)

A partir deste cenário, as pesquisas apontaram a importância da cidadania enquanto um elemento central neste processo de mediação, invertendo a lógica do Estado-Sociedade para Sociedade-Estado. Este novo olhar permitiu repensar formas alternativas à burocracia estatal e sua relação com a tomada de decisão coletiva. Uma das bases teóricas que contribuíram para a criação do conceito de gestão social teve origem na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Como este debate é mais profundo, carecendo de um maior aprofundamento teórico, não será possível realizar tal explicação nesta dissertação.

Para Tenório (2005), o tema entorno da gestão social se fez muito mais relacionado a espaços ligados a organizações sociais de combate à pobreza e de preservação ambiental “do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo” (TENÓRIO, 2005, p. 102). Esta tese do autor coloca em pauta o debate sobre os limites da gestão social em espaços deliberativos e de construção de políticas. A abordagem possibilita uma metodologia de trabalho diferente e que pode encontrar dificuldade em espaços considerados menos participativos e democráticos como uma empresa ou mesmo na gestão pública.

A gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto processo), norteada pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER; MELO, 2006, p.17). Essas ideias norteadoras conferem o sentido deste conceito, onde o debate e o convencimento prevalecem sobre o que é arbitrário. O papel do Estado é central neste processo, pois é ele que contribui na mediação dos interesses entre os atores envolvidos na arena política local e regional. Por outro lado, a gestão social pode contribuir em espaços privados de discussão, indo de encontro ao modelo *top down* tradicionalmente executado em gestões estratégicas empresariais.

A gestão social é um modelo viável, pois não propõe a ruptura abrupta com o sistema atual, centrado no mercado, e sim uma mudança gradual inserindo o pensamento emancipacionista nos diferentes atores sociais, sobretudo nas relações patrão-empregado. Assim, o modelo proposto pela gestão social modificaria, aos poucos e sempre de forma gradual, o *modus operandi* desde o nível estratégico, passando pelo nível tático até o operacional, que existiriam sob outras denominações e com a possibilidade de participação multinível. (SCHMITZ JUNIOR *et al.*, 2014, p. 59)

O processo de gestão social é permeado pela ação de diferentes atores e organizações interessadas no território, como aponta Cançado et al. (2013). O autor elenca alguns elementos que dizem respeito aos princípios da gestão social, são eles: Tomada de decisão coletiva, ausência de coerção, inteligibilidade, dialogicidade, transparência e emancipação. O somatório destes itens dá sentido ao conceito, podendo ser analisado nas suas particularidades. Dessa forma, o coletivo se sobrepõe ao individual, configurando a gestão social enquanto organizadora e mobilizadora nos espaços públicos de deliberação e participação.

A participação nos espaços de gestão social deve compreender um contexto não-violento e sem qualquer tipo de constrangimento aos participantes, onde a comunicação seja horizontalizada guiando todo o processo. Diferentemente de decisões oriundas em gabinetes, a gestão social deve ter origem no coletivo, mesmo que ao fim seja operacionalizado em espaços do executivo ou legislativo. A diferença é que ela deve ser um resultado da organização coletiva e não de decisões individuais ou de pares. Para que a Gestão Social aconteça se faz necessária uma Esfera Pública que consiga aproximar novamente as pessoas da política (Cançado, Pereira e Tenório, 2015, p. 15). Os autores definem Gestão Social como:

um processo dialético de organização social próprio de uma esfera pública democrática, intersubjetiva e dialógica, guiada pela ação racional substantiva, a partir da relação entre interesse bem compreendido e emancipação. Ou em outros termos, um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes. (CANÇADO, PEREIRA E TENÓRIO, P. 15)

Neste trabalho foram analisados documentos governamentais que deram base teórica à política de desenvolvimento territorial. Segundo um dos documentos elaborados para servir de referência a esta política deveria se “apoiar em sistemas descentralizados, baseados em forte participação, com maior fluidez e densidade de informação, de estabelecimento de parcerias e de articulações em rede” (BRASIL, 2005, p.11). Para França Filho (2020):

a gestão social se apresenta como a organização de um espaço público no qual os atores podem participar de sua própria emancipação enquanto inventam novas abordagens para resolver os problemas que se colocam na dinâmica do próprio coletivo. É assim que a gestão social também pode ser abordada através da coprodução de bens e serviços públicos em espaços democráticos, reunindo autoridades locais e atores da sociedade civil. (FRANÇA FILHO, 2020, p. 205)

O conceito de gestão social difere, entre outras questões de gestão estratégica; pois é determinada pela solidariedade e equidade de participação através do diálogo coletivo. Tenório (2005) entende Gestão Social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação.

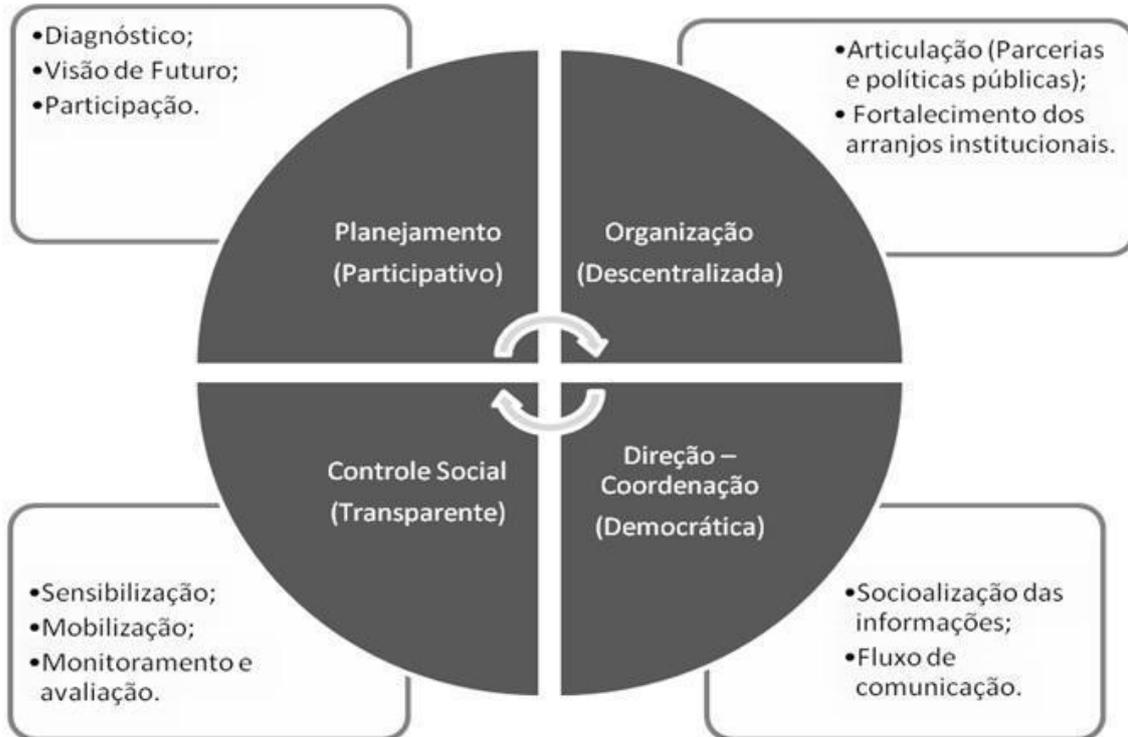
**Quadro 3 – Gestão Estratégica e Gestão Social**

| <b>Dimensão</b>                       | <b>Gestão Estratégica</b>   | <b>Gestão Social</b>   |
|---------------------------------------|---|--|
| Ponto de Partida                      | Melhoria do Desempenho  | Participação/Bem viver   |
| Racionalidade                         | Utilitária/Formal/Instrumental/Monológica   | Comunicativa/Dialógica   |
| Tomada de Decisão                     | Baseada em planejamento e num sistema de alinhamento organizacional a partir dos objetivos da organização | Tomada de decisão coletiva, balizada pelo interesse bem compreendido/bem comum             |
| Transparência                         | Informações constantes nos relatórios técnicos e nas avaliações sistemáticas com acesso limitado          | Informações disponíveis, baseadas na intersubjetividade, tornando possível a dialogicidade |
| Espaço                                | Esfera privada  | Esfera pública   |
| Finalidade da Gestão                  | Minimização de custos e maximização de resultados (Minimax)   | Interesse bem compreendido/bem comum   |
| Método                                | Positivismo lógico  | Teoria crítica   |
| Concepção de Estrutura Organizacional | Hierarquia/Heterogestão   | Heterarquia  |
| Premissas Teóricas                    | Individualismo metodológico   | Socialização   |
| <i>Modus Operandi</i>                 | Competitividade   | Cooperação   |
| Benefícios                            | Lucros e resultados empresariais  | Melhoria na qualidade de vida  |
| Dimensão Temporal                     | Preferencial curto prazo; médio e longo prazo baseados em planejamento                                    | Sustentabilidade - longo prazo   |
| Amplitude da Ação                     | Preocupação apenas com o que lhe é concernente  | Preocupação geral com o contexto   |
| Visão                                 | Linear/Objetiva   | Complexidade/intersubjetividade  |
| Foco                                  | Mercadocêntrico   | Sociocêntrico  |
| Consequência                          | Reificação  | Emancipação  |
| Relação                               | Mundo do trabalho   | Mundo da vida  |

**Fonte:** Cançado, Sausen e Villela (2013)

O quadro acima ilustra as principais diferenças entre a gestão estratégica e a gestão social. A participação e o senso de coletividade resumem o conceito de gestão social. O processo de gestão social pode ser observado na gestão dos colegiados de desenvolvimento territorial, desde que se tenha por bases os elementos essenciais deste conceito. Abaixo temos a imagem do ciclo da gestão social, elaborada por Freitas et al. (2010):

**Figura 2 - Ciclo de Gestão Social**



**Fonte:** Freitas (2010)

O ciclo de gestão social imprime uma metodologia de ação voltada à participação entre os atores e constante articulação com parcerias a fim de que se avance no desenvolvimento territorial. A teoria aponta que o processo de participação deve iniciar com o planejamento das ações de forma democrática, a fim de que se promova um ambiente descentralizado de direção e coordenação das discussões, mediados por uma governança que leve em conta o controle social e a transparência. Para Allebrandt (2018):

Não se pode pensar o desenvolvimento territorial sem articular os conceitos de participação, cidadania, democracia e descentralização, posto que eles estão imbricados nas práticas sociais desenvolvidas tanto pelos governos como pela sociedade civil e, por essa razão, desconsiderar um deles ou tomar um pelo outro pode gerar entendimentos parciais. É preciso ter uma visão caleidoscópica, múltipla, acerca das inter-relações entre as instâncias, porque, se as relações são dialéticas, as possibilidades de compreendê-las na sua pluralidade e interdependência são fundamentais para romper com a

dicotomia Estado *versus* sociedade civil. Para viabilizar solidariedade é necessário romper com as separações e passar à constituição de laços comuns. Nesse aspecto, são imprescindíveis a educação e a valorização da cidadania. (ALLEBRANDT, 2018, p. 20)

Articular e construir conexões entre Estado, organizações e atores se faz fundamental para gerir ações voltadas a um tipo de gestão focada no coletivo e não no indivíduo. O conceito de solidariedade é central quando se trata de discussão sobre gestão social de colegiados gestores e exercitá-la é parte do processo de inclusão e participação.

#### 4.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL E GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS

O conceito de gestão social pode ser definido como aquele orientado para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto processo), norteadas pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER; MELO, 2006, p.17). Essas ideias norteadoras conferem o sentido deste conceito, na qual o debate e o convencimento prevalecem sobre o que é arbitrário. O papel do Estado é central neste processo, pois é ele que contribui na mediação dos interesses entre os atores envolvidos na arena política local e regional.

Buscando construir uma confluência teórica entre os conceitos usados neste artigo, podemos citar uma das bases da ideia de gestão social, que dialoga diretamente com o processo de governança territorial e governança dos bens comuns, na qual é o chamado *interesse bem compreendido*, de Tocqueville. Para haver um processo de tomada de decisão coletiva, emancipatória e que se dê na esfera pública, os interesses devem ser inteligíveis, de modo que todos os atores estejam cientes do processo na qual estão envolvidos. O bem-estar coletivo é fundamental para que haja o bem-estar individual, indo ao contrário dos pressupostos defendidos pelo economista Adam Smith.

A esfera pública é um outro ponto que representa uma convergência entre as formas de governança descritas neste trabalho. A gestão de um território é um processo na qual perpassa a esfera pública, onde a disputa de poderes se faz presente, conferindo um sentido à ideia de território. No âmbito privado as relações se dão de outra forma e apresentam outras características. A gestão dos bens comuns

vai na linha da esfera pública, atribuindo um sentido coletivista, semelhante ao que acontece no campo da governança territorial. Fazendo uma livre interpretação, pode-se dizer que a emancipação dos indivíduos e a liberdade de escolha fazem parte deste processo.

Assim como outros processos de governança, existe uma construção coletiva na escolha e na tomada de decisões. Aqui neste ponto é possível considerar uma relativa divergência entre a governança territorial de Dallabrida e a governança dos bens comuns de Ostrom. No seu design teórico, Ostrom elencou oito pontos de gerenciamento em conjunto de recursos comuns, identificado através de diversas pesquisas, denominando estes locais como *estáveis*. Já nos estudos de Dallabrida, a governança territorial carrega uma complexidade e disputas de poder mais ampliadas, pois tem na sua natureza diálogo de atores e organizações de diferentes âmbitos, dando uma grande dinâmica aos espaços públicos de deliberação a nível dos territórios. Com relação a democracia na gestão social, França Filho (2020) diz que:

Ao combinar as questões de espaço público e de ação pública, o enriquecimento da democracia local é favorecido em uma perspectiva radical. Trata-se de oferecer aos indivíduos novas formas de autonomia. Em uma abordagem de democracia radical, a gestão social busca criar uma governança inclusiva, na qual todos possam participar das decisões que lhes dizem respeito. A gestão social entende, assim, demarcar-se da tutela de especialistas solicitados a iluminar a tomada de decisões dos coletivos de atores, para não decidir por eles. (FRANÇA FILHO, 2020, p. 207)

Para Ostrom, a governança de um bem comum é considerada pertencente a uma determinada coletividade, da mesma forma que um território, para Dallabrida. Isto é diferente de uma propriedade particular, é um bem comum, coletivo. Normatizar este processo é mais complexo e implica em questões amplas, pois envolve recursos naturais e territoriais, que por sua natureza, são coletivos e não pertencentes a um ou outro indivíduo. Segundo França Filho (2020), do ponto de vista das relações de solidariedade e da organização, a teoria dos bens comuns é particularmente interessante porque é complementar à gestão social. O autor nos diz ainda que enquanto a gestão social tem sua origem na solidariedade entre os humanos, o ponto de partida do pensamento de Ostrom reside no estudo da solidariedade entre os humanos e a natureza.

Caso não tenha limites bem definidos e normas que regulam a ação, a governança de um bem como ou de um território pode definir sanções aos atores

envolvidos, principalmente quando as regras definidas como comunitárias são violadas. Nesta mesma linha, pode-se afirmar que para existir uma governança estruturada, seja ela qual for, são necessárias instituições políticas fortalecidas que atuem na base, dando legitimidade ao processo, impedindo comportamentos oportunistas e assimetrias de informação.

## 5 COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO CAÍ

Muito antes de qualquer fórum ou colegiado, é preciso citar a experiência do Prorenda, que durou cerca de nove anos. Este projeto se deu através de uma cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha, iniciando no Rio Grande do Sul em 1990. O Prorenda tinha como objetivo auxiliar comunidades rurais e urbanas na geração de renda e estimular processos organizativos com vistas à redução de desigualdades, apoiados no Orçamento Participativo.

Para auxiliar neste processo o programa contou com o apoio da ONG alemã Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ, traduzindo para o português: Agência Alemã de Cooperação Técnica. Esta organização foi fundamental para dar as bases dos processos de participação popular e gestão social no território do Vale do Caí. A metodologia de trabalho empregada pela ONG era baseada no trabalho coletivo com vistas a empoderar pessoas e organizações da agricultura familiar. Com o trabalho da GTZ surgiram algumas associações e cooperativas, como a Ecocitrus (Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí).

Nesse processo também surgiram muitas lideranças no meio rural, atuando nas organizações, movimentos sociais e nos espaços públicos de decisão municipal. Foi a primeira vez, na história recente, que uma ONG capacitou um conjunto de agricultores no Vale do Caí, de forma a transformar o modo como estes viam o associativismo e a construção coletiva. Pode-se dizer que foi um momento de reavivar antigos modos de se relacionar entre os seus, pois foi desta forma que os primeiros imigrantes alemães conseguiram construir suas vidas em território totalmente diferente.

A partir da análise dos documentos e entrevistas, constatou-se a importância deste aprendizado gerado pela ONG alemã GTZ, contribuindo de forma decisiva para a construção do Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí (FRAF) no ano de 1998. Parte desta história está registrada no livro Agricultura Familiar, Desenvolvimento local e Políticas Públicas: Nove anos de experiência do Projeto Prorenda de Markus Brose.

Dentre os resultados do Fórum, pode-se citar o trabalho de fortalecimento das ações em agroecologia através de capacitações, programas de controle do mosquito borrachudo, construção de redes de economia solidária, formação de associações e

uma cooperativa, capacitações para conselheiros municipais, seminários e capacitações em artesanato, turismo, segurança e soberania alimentar com lançamento de um livro voltado ao resgate dos alimentos tradicionais do território, entre outras ações.

No ano de 2007, o governo do estado demitiu 396 funcionários da Emater/RS-Ascar, o que impactou nas ações de extensão rural a nível de estado. Alguns destes colegas demitidos trabalhavam em municípios do Vale do Caí e participavam ativamente do Fórum Regional da Agricultura Familiar. Após este evento, seguido de avaliação negativa por parte dos integrantes do fórum de que não se teria mais recursos, principalmente humanos, para dar andamento aos projetos pensados em coletivo, teve início um processo de desmobilização das organizações participantes e em 2008 decidiu-se encerrar o Fórum e continuar com experiências setoriais que apresentavam certa autonomia de trabalho, como ações em turismo, artesanato, segurança alimentar e citricultura.

**Figura 3 - Organograma do FRAF**



**Fonte:** Slide de apresentação do FRAF

Após o encerramento do FRAF no ano de 2008, existiu um período na qual lideranças e organizações ficaram sem um espaço plural de organização que reunisse todos os seguimentos preocupados com o desenvolvimento do Vale do Caí. Entretanto, no final de 2010, surgiu uma demanda por parte de lideranças do território para compor um ambiente de debate e planejamento de ações estratégicas para o desenvolvimento regional, onde tivesse a possibilidade de constituição de um conselho gestor onde novamente pudesse existir a diversidade de ideias voltadas às mais diversas formas de desenvolvimento. A área ambiental foi um dos principais aspectos desta demanda pois foi o setor mais afetado com a desmobilização do FRAF.

Outro momento importante que contribuiu de forma decisiva para a constituição do CODETER foi o empenho por parte do Entrevistado 1. Este informante contactou durante o ano de 2010 lideranças e atores com o intuito de verificar a demanda por parte deles e suas organizações. Após retorno positivo, iniciou o processo de caminhada para a criação do colegiado. Abaixo temos o histórico da mobilização para criação do CODETER Vale do Caí:

**Quadro 4 - Momentos que antecederam a criação do CODETER**

| <b>Data</b> | <b>Evento</b>                                |
|-------------|--|
| 30/11/2010  | Reunião de Lançamento do Pré-território      |
| 20/01/2011  | Encontro de Formalização do Pré-território   |
| 20/01/2012  | Instituído o Regimento Interno               |
| 02/03/2012  | Assembleia de Formalização do Pré-território |
| 22/11/2012  | Oficialização da Criação do Território       |

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Formado em 2012, o CODETER Vale do Caí é resultado de um processo de discussões territoriais anteriores à política do PRONAT. Para entender o colegiado é necessário retomar um pouco da história recente da organização rural e dos espaços regionais de discussão. Abaixo temos um quadro que apresenta as três últimas experiências organizativas que se relacionam com o desenvolvimento regional no território nos últimos anos:

**Quadro 5 - Espaços deliberativos do território**

| <b>Espaço de Construção</b>                             | <b>Sigla</b> | <b>Duração</b>         | <b>Objetivo</b>  |
|---|--------------|------------------------|--|
| Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí   | FRAF         | 1998 a 2008            | Sensibilizar e capacitar agricultores e agricultoras para a organização e gestão de entidades de cunho associativo, voltadas para o desenvolvimento local e sustentável.                   |
| Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí | CODETER      | 2012 a 2016            | Discutir, formular e encaminhar propostas de desenvolvimento sustentável nos municípios e nas microrregiões.   |
| Governança Regional do Agronegócio do Vale do Rio Caí   | AGROVARC     | Criada em maio de 2021 | Preparar o Vale do Caí no setor do agronegócio, pensando o desenvolvimento de forma integrada envolvendo o poder público, a iniciativa privada, as entidades e as empresas governamentais. |

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Neste trabalho, não aprofundamos a experiência em atividade no território, chamada de Governança Regional do Agronegócio do Vale do Caí (AGROVARC), na qual foi formada em 2021. Assim como os demais espaços, a AGROVARC apresenta características específicas, dada sua formação e objetivos, porém, se constitui enquanto mais um modelo organizacional voltado às dinâmicas regionais do desenvolvimento. Assim, sendo articulada com empresas privadas, poder público e demais entidades da sociedade civil organizada. Dessa forma, é possível compreender como as experiências se constituíram e como dão sentido às articulações do território.

A dinâmica de funcionamento do CODETER Vale do Caí se dava a partir de encontros gerais abertos e reuniões da coordenação. Em todos os encontros eram elaboradas atas as quais eram lidas no início das reuniões com o intuito de informar as deliberações e os encaminhamentos. Para auxiliar no processo de ampliação dos canais de comunicação do colegiado eram elaborados informativos para circular no território, informando os principais passos e divulgando o trabalho do grupo.

## 5.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIO VALE DO CAÍ

No que se refere a compreensão dos entrevistados sobre desenvolvimento regional e território Vale do Caí, pode-se inferir que as respostas foram bastante semelhantes. Para eles, o desenvolvimento regional deve ser pautado em elementos participativos, devendo ser representativo e voltado ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Para o **entrevistado 1**, deve ser um trabalho coletivo e comprometido com ações e resultados definidos através de uma metodologia.

Já para o **entrevistado 2**, o desenvolvimento regional no Vale do Caí depende da união dos pequenos municípios. Existem fábricas que necessitam do apoio de diferentes prefeituras e de agricultores de vários municípios. Esta visão é compartilhada entre os atores políticos que de certa forma atuam em conjunto quando existe a necessidade. Para o **entrevistado 6**, o desenvolvimento regional deve ser pensado no território e não fora dele.

Outro elemento que chama a atenção nas respostas dos atores entrevistados é de que todos compreendem que para debater ações voltadas ao desenvolvimento regional se faz necessário que as discussões estejam baseadas em espaços democráticos de participação, onde as gestões públicas são componentes e não definidoras dos encaminhamentos.

Para o **entrevistado 7**, o conceito de desenvolvimento regional está baseado em três pilares: Social, econômico e ambiental, sendo estes indissociáveis. Segundo o **entrevistado 8**, o meio rural está intrínseco às discussões relacionadas ao desenvolvimento no Vale do Caí, principalmente em função das características dos municípios.

Com relação ao território Vale do Caí, foram levantados diversos pontos positivos principalmente sobre aspectos econômicos. A localização é citada enquanto um ativo importante para o escoamento da produção agrícola e industrial. Para o **entrevistado 1**, o território é delimitado por questões geográficas, culturais, étnicas, ambientais além de conter determinados sistemas de produção. É um espaço que

configura uma unidade particular na qual é possível desenvolver ações de forma regional.

O **entrevistado 7** compreende que ainda se faz necessário avançar muito neste território, principalmente no que se refere a importância deste debate por parte dos agentes públicos que atuam nos municípios. Por mais que existam avanços consideráveis e trabalhos em conjunto, ainda está longe no horizonte o trabalho cooperativo voltado ao desenvolvimento territorial do Vale.

Para o **entrevistado 8**, o território é uma área de pequenos municípios que têm seu foco voltado à produção agrícola, embora se entenda que existe forte produção industrial. A Agricultura familiar tem grande importância neste contexto, trabalhando com citricultura, horticultura, produção leiteira, entre outros.

Por outro lado, o **entrevistado 9** vê o território desorganizado, carente de maiores articulações e aquém de avanços econômicos e sociais. Para ele deveria ter um número maior de ações regionais, de forma que os agentes públicos tivessem maior interação em prol do território. Na sua visão, existe uma “briga de beleza” entre os prefeitos do Vale, o que barra processos de desenvolvimento regional. Áreas como o turismo e saúde deveriam ser trabalhadas de forma melhor.

Portanto, a partir da análise do discurso dos ex-componentes do CODETER, pode-se perceber que os princípios que regem os posicionamentos dos entrevistados dialogam e se relacionam com os princípios do conceito de gestão social do território.

Após análise das entrevistas e dos materiais, constatou-se que existiram repercussões positivas e negativas do CODETER sobre o desenvolvimento regional do Vale do Caí. Toda experiência coletiva de organização carrega consigo diferentes formas de entendimento sobre como proceder e encaminhar suas discussões. No CODETER em questão não foi diferente, pois, como já foi visto anteriormente, a estrutura de funcionamento buscou fortalecer o poder da palavra pautado nas demandas de cada seguimento envolvido.

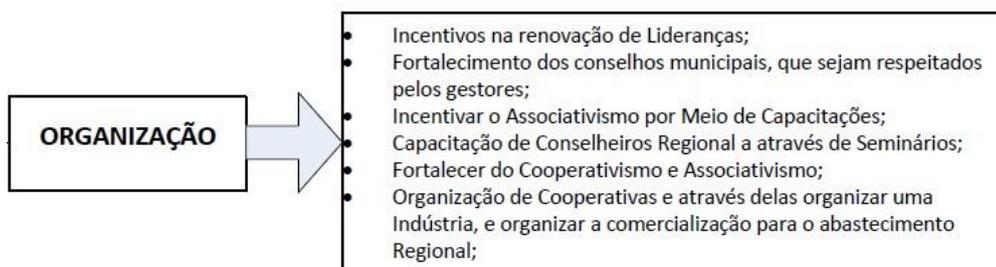
Um dos principais legados que o colegiado deixou foi o estímulo ao trabalho de base nos municípios, na qual, na maioria dos casos, os princípios da gestão social

foram desenvolvidos de modo que a participação e a metodologia participativa vieram a somar nos conselhos municipais e nas diretorias das organizações. Durante todas as reuniões, foram tratadas temáticas voltadas ao desenvolvimento regional do território, como destinação de recursos e criação de agendas através de cursos, capacitações e campanhas.

Todo esse processo tornou o colegiado um espaço de formação política para seus membros, levando em conta que muitos não estavam acostumados a este tipo de participação. A partir da pesquisa de campo, identificou-se que o modelo de participação nas reuniões foi estimulado também em alguns espaços nos municípios do território. Entusiasmados, os membros do colegiado integraram conselhos gestores dos seus municípios, espraiando a noção de democracia participativa, principalmente nos espaços voltados à agricultura familiar. Esta contribuição é um somatório de experiências que teve início com o Fórum Regional da Agricultura Familiar, passando pelo CODETER e hoje com a AGROVARC.

Um outro aspecto que se pode citar é a formação de lideranças. Representantes de associações, cooperativas e grupos informais se fizeram ouvir através da sua participação e discussão sobre a destinação dos recursos e sobre o encaminhamento das ações. Servindo como um espaço de formação aos participantes, o colegiado debateu temas voltados à agricultura familiar, ao turismo, às agroindústrias, ao meio ambiente, infraestrutura e demais temáticas voltadas ao desenvolvimento regional. Todo esse processo empoderou agentes do desenvolvimento no território do Vale do Caí. Abaixo temos uma figura retirada do planejamento do colegiado na qual ilustra a ênfase dada a formação de lideranças e ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo:

**Figura 4 - Metas na Organização**



**Fonte:** Planejamento CODETER Vale do Caí

Uma das principais contribuições do colegiado foi sem dúvida a criação da Câmara de Olericultura do Vale do Caí, no ano de 2013. A olericultura sempre esteve presente enquanto um forte motor econômico, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do território. Segundo informações da Emater/RS-Ascar, cerca de um terço do que é comercializado na CEASA tem origem no Vale do Caí, representando um território de grande importância para o setor. A Câmara reúne diferentes seguimentos da agricultura familiar, reunindo periodicamente e construindo diversas ações no Vale do Caí. Na internet é possível encontrar a Câmara no Facebook e no Youtube. Abaixo temos o logotipo da Câmara:

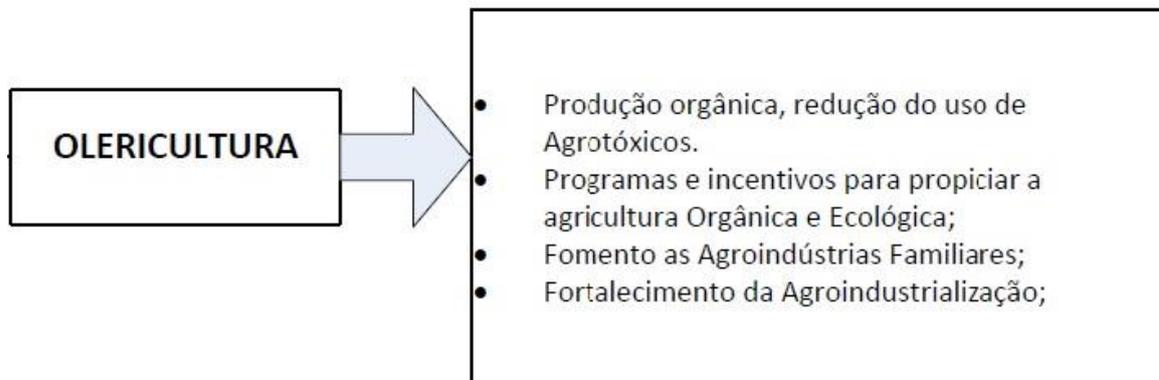
**Figura 5 - Logotipo Câmara de Olericultura**



**Fonte:** Facebook da Câmara de Olericultura do Vale do Caí

O debate entorno da olericultura sempre esteve presente no território, bem como ações voltadas a este seguimento. A Microrregião do CODETER onde a olericultura estava mais presente foi a número 2, na qual faziam parte os municípios de: Bom Princípio, Feliz, Alto Feliz, Linha Nova, Vale Real, São Vendelino e São José do Hortêncio. Durante o funcionamento do colegiado, foram realizados uma série de eventos voltados a esta área, principalmente com foco na produção orgânica e agroecológica. A Câmara compreende que a redução da utilização de agrotóxicos é fundamental para a conservação dos recursos naturais bem como a manutenção da vida no meio rural.

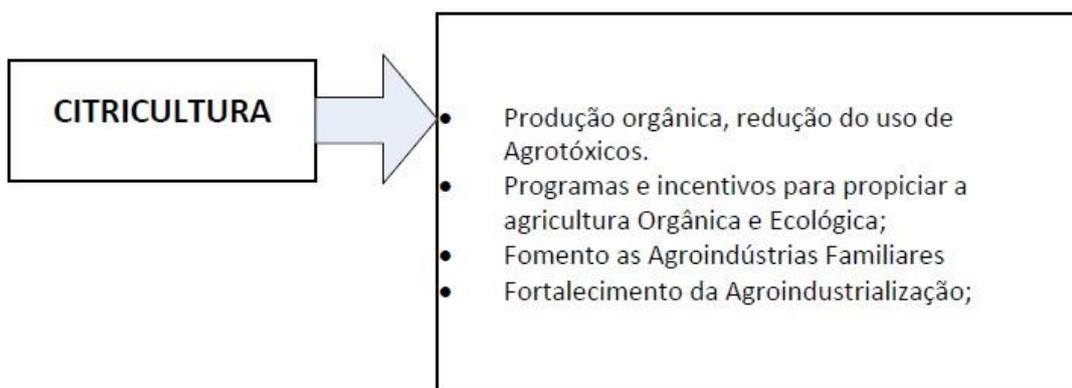
**Figura 6 - Metas na Olericultura**



**Fonte:** Planejamento CODETER Vale do Caí

Assim como a olericultura, a cadeia da citricultura e a fruticultura em geral também foram fortemente apoiadas pelo CODETER. Alguns grupos voltados a citricultura foram constituídos a partir do apoio da ONG alemã GTZ quando desenvolviam ações no território, contribuindo de forma significativa com a organização rural. Na seção 1.4, foi tratado mais especificamente sobre o cenário da citricultura no Vale do Caí.

**Figura 7 - Metas na Citricultura**

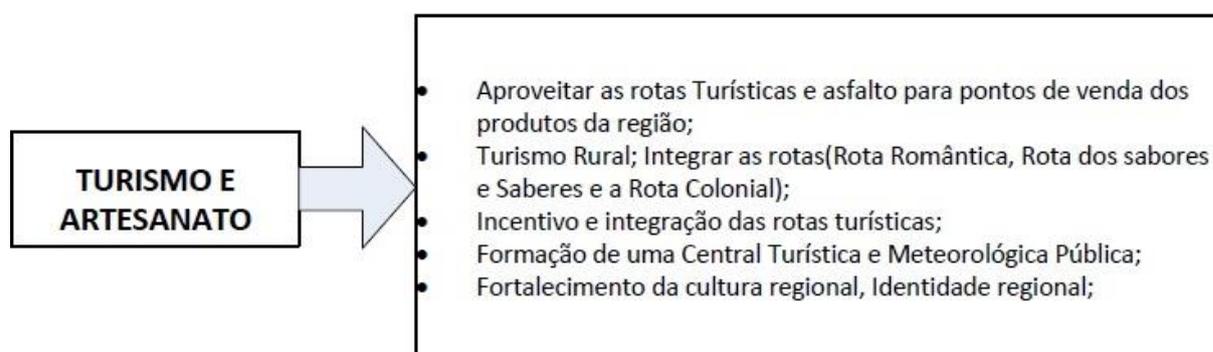


**Fonte:** Planejamento CODETER Vale do Caí

Outro legado que o CODETER deixou com relação ao desenvolvimento regional, segundo as entrevistas realizadas, foi o acúmulo e o fomento ao turismo e do artesanato. O turismo vem cada vez mais ocupando espaços nas discussões relacionadas ao desenvolvimento econômico e de valorização cultural, pois está

intimamente ligado as raízes locais, contribuindo com a geração de renda em comunidades rurais. O turismo do Vale do Caí vem ampliando espaços de atuação, sejam eles voltados ao turismo de aventura, rural, religioso, gastronômico entre outros. As ações voltadas ao artesanato também contaram com o apoio do colegiado. Os grupos foram potencializados a partir das iniciativas do CODETER, somado à organização de eventos regionais de capacitação e de comércio de produtos.

**Figura 8 - Metas no Turismo e Artesanato**



**Fonte:** Planejamento CODETER Vale do Caí

Um dos principais projetos elaborados pelo CODETER foi a criação do Centro Regional de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar do Território do Vale do Caí, no município de São Pedro da Serra. A proposta surgiu como alternativa a comercialização por parte de grupos de mulheres organizadas nos municípios da Microrregião 3 (Salvador do Sul, Brochier, Maratá, São Pedro da Serra e Barão). Os objetivos do espaço de comercialização são (Chamamento Público SDT/MDA, 2014):

- Implantar uma infraestrutura mínima necessária para comercialização dos produtos in natura, agroindústrias familiares, artesanato e degustação das comidas típicas através do Café da Colônia do Território Rural do Vale do Caí;
- Ampliar a participação das mulheres agricultoras e artesãs na comercialização de produtos;
- Estimular a organização da produção e comercialização através de uma instituição organizada (cooperativas ou associações);
- Estimular a legalização das agroindústrias familiares do território;

- Inserir o Centro Regional de Comercialização nos roteiros turísticos Microrregionais e Regionais;
- Viabilizar a logística e distribuição dos produtos a mercados institucionais e outros de acesso aos mercados PNAE, PAA e outros;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias no território rural tendo como foco a sustentabilidade econômica, conservação dos recursos naturais existentes e valorização a cultura local.

Até o término deste trabalho (julho de 2022), o espaço ainda não abriu suas portas, aguardando a aquisição dos equipamentos para dar início a comercialização. A burocracia excessiva emperrou os processos, atrasando o andamento da homologação, construção e funcionamento do centro de comercialização. Toda essa demora ocasionou uma desmotivação por parte dos grupos que faziam parte do colegiado, contribuindo negativamente no processo de mobilização regional.

## 5.2 PARTICIPAÇÃO, DIALOGICIDADE E TOMADA DE DECISÃO COLETIVA

Participação, dialogicidade e tomada de decisão coletiva estão entre os elementos que compõe o conceito de Gestão Social. Bastante citada por alguns entrevistados, a participação no CODETER era livre e baseada na metodologia orientada pelo MDA, na qual buscava envolver todos participantes. Para levantar as demandas no colegiado, foram realizados três diagnósticos nas três microrregiões (Montenegro, Salvador do Sul e Bom Princípio). Abaixo temos um quadro onde foram sistematizados trechos de entrevistas:

**Quadro 6 - Elementos da Gestão Social**

| <b>Participação</b>   | <b>Dialogicidade</b>  | <b>Tomada de Decisão Coletiva</b>   |
|---|---|---|
| “A participação era a base das discussões. Todos se sentiam participantes.”<br>Entrevistada 3 | “Espaço de grande transparência, incluindo informativos dos encaminhamentos. A ata da reunião passada sempre era lida no início das reuniões.” Entrevistada 5 | “Os integrantes se sentiam parte das decisões. Sempre se buscava o consenso nas soluções e encaminhamentos. As pautas e os encaminhamentos eram construídos de forma coletiva.”<br>Entrevistado 1 |

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Em um momento inicial, o CODETER chegou a ter 103 membros, representantes das mais variadas esferas do território, como diferentes secretarias municipais, ONG's, diferentes organizações da sociedade civil, empresas públicas, associações, cooperativas, sindicatos, entre outras. Algumas dessas acabaram deixando de participar, uma vez que não visualizaram uma oportunidade de angariar recursos em função do escopo do colegiado, ligado ao desenvolvimento regional. Alguns membros já tinham feito parte do Fórum Regional da Agricultura Familiar do Vale do Caí; portanto, se conseguiu dar seguimento às demandas daquela experiência, somado as questões específicas do colegiado em questão.

O próprio surgimento e a homologação do colegiado foi rápido, pois os antigos membros do Fórum buscaram agilizar o processo para reiniciar os debates no novo formato de discussão regional. Portanto, a maioria dos componentes tinha interesse em participar das reuniões, sendo que a grande parte conseguia pautar as discussões.

Segundo o Entrevistado 2, as discussões e os encaminhamentos eram bem conduzidos, destacando o trabalho da Emater/RS-Ascar neste processo. A partir da análise das atas e dos documentos e das entrevistas, constatou-se que a Emater/RS-Ascar teve papel fundamental no trabalho de organização e mobilização do CODETER, auxiliando em todos os momentos.

Após análise e interpretação dos dados, pode-se inferir que os projetos implementados atenderam a diversidade de atores e demandas presentes no colegiado. Como as discussões perduraram durante quatro anos, o CODETER teve tempo para identificar as demandas existentes e buscar resolvê-las.

Trazendo para um olhar mais amplo dos colegiados/conselhos, tomemos esta citação de Abramovay (2001) em um antigo texto na qual é voltado aos conselhos municipais de desenvolvimento rural, mas que serve para reflexão dos colegiados de desenvolvimento territorial:

Em suma, não existe receita que possa ensinar o segredo do funcionamento "justo e competente" de um conselho gestor. Talvez o mais importante é que as forças sociais comprometidas com o processo de desenvolvimento rural estejam conscientes da contradição inerente a esta forma que vem, cada vez mais, assumindo as políticas públicas. Seu potencial transformador é permanentemente ameaçado pela tentação de burocratizar as decisões, de incorporar o conselho à rotina da vida local, de permitir que seja dominado por direções já consolidadas. Mas tão importante quanto a preocupação com os métodos e a composição do conselho é voltar-se ao que ele faz e pode fazer. (ABRAMOVAY, 2001, p. 130)

Os conselhos gestores, sejam eles municipais ou territoriais devem carregar consigo pressupostos democráticos, pautados na participação, decidindo sempre que for possível de forma coletiva. Experiências exitosas como o CODETER Vale do Caí devem servir de exemplo.

### 5.3 DESAFIOS E LIMITES

A pesquisa teve o objetivo debater aspectos da Gestão Social e sua relação com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí. Após a interpretação dos dados, concluiu-se que a gestão do colegiado teve por base a participação em um ambiente democrático, valorizando as opiniões e dialogando de forma aberta sobre a possibilidade de obtenção de recursos e de projetos regionais. Entretanto, alguns pesquisadores trouxeram para o debate o seguinte questionamento: O contexto político brasileiro e suas instituições têm condições de coordenar um amplo

processo de discussões democráticas entorno de pautas territoriais? O governo federal optou por responder tal questionamento operacionalizando a política territorial em praticamente todo território nacional, colhendo resultados positivos e negativos. Este trabalho se inscreve no campo dos otimistas com as políticas territoriais adotadas pelo governo federal da época. Segundo Niederle (2014):

Segundo esta leitura “mais otimista”, com os resultados alcançados pelas políticas territoriais, o foco de avaliação não deve centrar-se exclusivamente na capacidade das mesmas em alterar os mecanismos de gestão do Estado, mas nas suas potencialidades para inculcar na sociedade uma nova cultura institucional e política. (NIEDERLE, 2014, p. 104)

Foi criada uma expectativa inicial de que haveria uma grande quantidade de recursos no território; entretanto, isso não se concretizou da forma aguardada, desestimulando parcialmente o grupo. Essa questão foi apontada como chave no tocante a desarticulação geral do colegiado, gerando a sensação de decepção por parte dos envolvidos. Para que políticas públicas sejam construídas de forma articulada e com viés progressista, o recurso financeiro é fundamental para que os objetivos sejam alcançados. O funcionamento dos colegiados territoriais não dependeu somente de recursos financeiros, pois para existir necessitou de uma ampla rede de organização de atores e agentes de desenvolvimento. Porém, para que se pudesse alcançar os propósitos traçados de forma coletiva, inevitavelmente a questão orçamentária se faria presente.

Apontado como um obstáculo, a baixa participação dos prefeitos dificultou que o colegiado avançasse ainda mais. Eles optaram por seguirem reunindo e deliberando em esferas já existentes nas quais tinham o “poder” nas mãos, não sendo necessário debater com as demais organizações e atores do território. Esse posicionamento dos prefeitos do Vale do Caí não foi diferente em outros colegiados existentes no país, pois muitos se sentiram ameaçados e com menor força política dentro destes espaços de participação democrática.

Outro elemento que dificultou a ampliação do número de projetos elaborados e desenvolvidos pelo colegiado foi o excesso de documentos solicitados por parte do MDA. Desde o momento da criação do colegiado até seu término. Os membros não tinham liberação das suas atividades de trabalho para se dedicarem ao CODETER,

dificultando o processo de obtenção de documentos e elaboração de textos para compor os projetos.

Outro gargalo que acabou não sendo executado foi a finalização do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Vale do Caí (PDTRS). A elaboração deste plano desencadearia a finalização de todo o processo de discussão territorial, sintetizando todas as ideias e propostas voltadas a área ambiental, social, econômica, político-institucional, turismo, entre outras. O colegiado encerrou suas atividades antes de elaborar este plano. No entanto, muitas ideias tiveram andamento, mesmo sem o documento base de referência.

Ampliando o debate e analisando o Vale do Caí nos dias de hoje, trazemos um artigo de Favareto *et al.* (2015), que trata sobre os territórios rurais, na qual trazem à tona um breve histórico do debate sobre as políticas públicas voltadas aos territórios na Europa e na América Latina, citando algumas pesquisas e contribuições teóricas. A partir de um acúmulo de pesquisas o artigo cita a experiência da pesquisa intitulada Dinâmicas Territoriais Rurais (DTR), na qual pesquisou durante seis anos casos em onze países da América Latina. A síntese desta pesquisa é citada no trecho abaixo:

quanto mais desconcentrado e quanto mais diversificado é um território – algo que ocorre tendencialmente ali onde a forma de acesso aos recursos naturais se organizou de forma mais desconcentrada, e onde se constituíram centros urbanos que favoreceram a endogeneização dos excedentes produzidos com o processo de acumulação local –, maiores são as chances de que se constituam coalizões amplas e que tenham na valorização do território uma base importante para sua reprodução social. (FAVARETO *et al.*, 2015, p. 36)

O artigo de Favareto *et al.* (2015) chama de cinco instâncias empíricas fundamentais os pontos chaves para analisar os processos de desenvolvimento territorial. São eles: Estrutura de acesso e uso de recursos naturais, Mercados dinâmicos, Estrutura produtiva, Relações com as cidades e Políticas públicas. Este conjunto de instâncias contribuem de forma metodológica para identificar níveis de valorização territorial através de seus ativos. Abaixo temos uma tabela sintética na qual analisa estes pontos no território Vale do Caí:

**Quadro 7 - Relação entre Instâncias Empíricas e Atributos do Território**

| <b>Instâncias Empíricas</b>                    | <b>Atributos do Território Vale do Caí</b>   |
|--|--|
| Estrutura de acesso e uso de recursos naturais | Pode-se dizer o acesso aos recursos naturais está ligado a propriedade privada, principalmente com relação ao uso da terra. Porém, o território oferece uma vasta oferta destes recursos. Todos os municípios estão na bacia hidrográfica do Rio Caí.  |
| Mercados dinâmicos                             | Ampla rede de acesso a mercados.   |
| Estrutura produtiva                            | A estrutura produtiva é relativamente desconcentrada, não dependendo somente de poucas atividades. A construção história do território desencadeou uma realidade diversificada, na qual consegue administrar crises econômicas e problemas ambientais. |
| Relações com as cidades                        | Proximidade com centros médios e com capital do estado. O território apresenta cidades de pequeno e médio porte com características rurais e com setor de serviços pujante.  |
| Políticas públicas                             | Recebe um número relativo de investimentos governamentais, no entanto, os últimos governos estaduais e o governo federal têm alocado menor quantidade de recursos.   |

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Portanto, pode-se dizer que o território apresenta uma estrutura produtiva qualificada, baseada na diversificação e menos suscetível a crises. Em nível de município muitas políticas públicas são acessadas e construídas. A proximidade com o mercado consumidor localizado na região metropolitana do estado auxilia no escoamento da produção. Um dos potenciais que cada dia vem se ampliando por parte dos agentes locais de desenvolvimento é o turismo. Grande parte dos turistas que visitam a serra gaúcha passam pelo Vale do Caí, mas poucos o visitam. A contemplação da natureza somada a localização e a gastronomia potencializam a atividade turística neste território. Para que isso se consolide, é preciso que as associações de municípios ampliem as estratégias de trabalho com o foco no turismo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação representa um momento importante na vida acadêmica de um estudante, pois materializa o resultado da pesquisa realizada durante o mestrado. Pode-se dizer que é um aprendizado para uma pesquisa de doutorado. O caminho que iniciou em meados de 2019 até meados de 2022 contou com algumas dificuldades, incluindo a pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos. Definir um tema, um objeto, uma problemática e objetivos foi uma tarefa árdua e custou tempo de dedicação e empenho. As discussões nas disciplinas e o apoio dos professores e orientador foram fundamentais para que eu conseguisse escrever este trabalho. A disponibilidade dos entrevistados também foi essencial para que esta pesquisa se realizasse.

O presente trabalho buscou fazer um debate sobre as contribuições que um modelo de participação pautado na gestão social pode contribuir nos aspectos voltados ao desenvolvimento regional. Também foi tratado sobre a relação entre governança territorial e governança dos bens comuns, considerando o desenvolvimento territorial enquanto um bem comum. A experiência dos territórios rurais no Brasil desencadeou um interessante processo de pesquisas acadêmicas voltadas à compreensão deste complexo tema que envolve diversas áreas do conhecimento.

A partir dos anos 2000, deu-se uma nova roupagem às discussões sobre território e seus desdobramentos, contribuindo decisivamente na construção de políticas públicas voltadas às regiões mais longínquas dos grandes centros urbanos do país. Analisar as contribuições deste processo aliado ao modelo de gestão social e aos bens comuns no território do Vale do Rio Caí, Rio Grande do Sul foram o objetivo desta investigação científica.

Assistimos nos últimos anos um enxugamento de políticas públicas voltadas aos territórios, restando apenas algumas experiências que conseguiram se sustentar com reduzido recurso estatal, fazendo com que estas discussões fossem tratadas em ambientes acadêmicos do que propriamente experiências reais de mobilização social. A academia contribui neste processo de argumentação e análise de experiências voltadas à governança do desenvolvimento territorial.

Os encaminhamentos derivados do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Caí contribuíram com aspectos ligados ao desenvolvimento territorial, principalmente pelo formato de metodologia adotado, na qual se pautou pela gestão democrática nos espaços de participação, se aproximando do conceito de Gestão Social apresentado neste trabalho. Do ponto de vista macro, podemos dizer que a governança territorial do Vale do Caí se enquadra enquanto um bem comum segundo a teoria de Ostrom.

Desde a fundação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, no ano de 2004, muitas pesquisas ao longo destes quase vinte anos da sua criação trouxeram iniciativas exitosas do ponto de vista da organização social de comunidades e organizações, assim como apontaram diversos elementos negativos em sua gênese enquanto política pública. Este trabalho se situa no campo dos estudos na qual compreende que a política de desenvolvimento territorial executada no país colheu resultados muito positivos, gerando demanda de trabalho até hoje em diferentes territórios, como por exemplo no território Vale do Caí.

No CODETER também houveram momentos de conflito, onde a disputa de ideias se contrapuseram. Entretanto, os conflitos existentes foram efêmeros e não representaram de fato problemas para o andamento das reuniões. O conflito é algo extremamente natural em um espaço democrático, onde as pessoas conseguem expor seus posicionamentos e defender suas teses.

Pensar o desenvolvimento em um território envolve a compreensão de uma série de elementos. Entender os meandros deste processo é tarefa difícil de se realizar em um trabalho de dissertação. Nesta pesquisa foram apontados apenas informações sobre o funcionamento da gestão social do CODETR Vale do Caí, levando em conta seu contexto histórico, os atores envolvidos e os resultados derivados da sua existência.

A participação da sociedade civil nos fóruns deliberativos ainda é restrita, restando a participação de representantes vinculados ao setor público ou funcionários de empresas privadas interessados em determinada pauta. É preciso que cada vez mais as organizações estejam alinhadas e em consonância com a sociedade para que todas as formas de governança possam avançar para o bem coletivo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos Além dos Limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, nº 43, set./dez. p. 121 a 139, 2001.

ALLEBRANDT, S. L. Escopo Teórico. In: ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (Orgs). **Controle Social de Territórios: Teoria e Prática**. Ijuí: Unijuí. 2018. P. 17 a 28.

BOLLIER, David. **Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza**. In: Lugar Comum Nº 31, pp. 43-54, 2012.

BORBA, M. F. et al. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. In.: PORTO, V. H.; C. (Ed.). **Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J.C. A construção do objeto. In: **Ofício de Sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 45-72.

BOURDIEU, P. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília: MDA/SDT, 2005 (Documento Institucional nº 3).

CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA; Valdir Roque. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.9, n.3, p. 313-353, set-dez/2013.

\_\_\_\_\_; PEREIRA; TENÓRIO. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./jun. 2015.

\_\_\_\_\_; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. Gestão social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org.). **Gestão Social e gestão estratégica**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 15-86.

**Chamamento Público SDT/MDA Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais- PROINF 2014**, Território Rural Vale do Caí, 2014.

CHAMPAGNE, P. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Colegiado de Desenvolvimento Territorial Vale do Caí. **Planejamento CODETER Vale do Caí**. 2012.

Emater-RS/Ascar. **Boletim Informativo Horticultura & Abastecimento**. Lajeado, Ano 6, nº 2, 2020.

FAVARETO, Arilson et al. Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; BORGES, B. K. **Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul — 2021**. Porto Alegre: SPGG, 2021.

Fundação de Economia e Estatística - FEE. Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Vale do Caí. Porto Alegre (2008). Disponível em: <[http://mapas.fee.tcche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede\\_vale\\_do\\_cai\\_2008\\_municipios.png](http://mapas.fee.tcche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_vale_do_cai_2008_municipios.png)>. Acesso em: 04/01/2021.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 13-41.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; EYNAUD, Philippe. **Solidariedade e organizações: Pensar uma outra organização**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS; Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. **Desafios da gestão social dos territórios rurais**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 48, 2010, Campo Grande, Anais.. Campo Grande, 2010. 21p.

HARDIN, Garret. **Extensions of “The Tragedy of the Commons”**. In: Science, Nr. 280, p. 682-690, 1968.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set./dez. 2004.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020**. Porto Alegre: SEAPDR, 2020.

Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 COREDE Vale do Caí**. São Sebastião do Caí: EDUCS, 2017.

**Marco referencial em Agroecologia**/coordenação de Luciano Mattos [et al.]; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MOURA, J. T. V.; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**.

[online]. Vol.16, p. 43-54, 2008. OSTROM, Elinor. **Understanding institutional diversity**. Nova Jersey. Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_ ; MORAN F. E. **Ecosistemas florestais**. São Paulo: SENAC / EDUSP. 2009.

\_\_\_\_\_ ; **Design Principles of Robust Property-Rights Institutions: what have we learned?** 2008.

NIEDERLE, P. A. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, P. A. **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 103-134.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SEVILLA GUSMÁN (2001 p.41). Borba, M. F.; Gomes, J. C.; Trujillo, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. In.: PORTO, V. H.; C. (Ed.). **Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p.82-112, maio/ago. 2011.

SCHIMZT JUNIOR, S.; PAIXAO, G. J.; MELLER, A. J.; MORETTO NETO, L. O legado do Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para Gestão Social. RGO. **Revista Gestão Organizacional** (Online), v. 7, p. 47-60, 2014.

STOLLORZ, Volker. **Elinor Ostrom und die Wiederentdeckung der Allmende**. Aus Politik und Zeitgeschichte, v. 61, n. 28-30, p. 3-8, 2011.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, set/out, 1998, p.7-23.

\_\_\_\_\_, (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. In: **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 5, n. 5, p. 101-124, jan-jun/2005.

\_\_\_\_\_, **Uma Alternativa: Gestão social**. Ijuí: Unijuí, 2016a.

TENORIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. **Gestão social e conselhos gestores** Vol. 3. Editora FGV, 2016b.

## **Guia de entrevista para ex-membros do CODETER Vale do Caí**

### **Questões Introdutórias**

- 1- Para você, o que é desenvolvimento regional?
- 2- O que você entende por território Vale do Caí?

### **Questões categorizadas**

#### **BLOCO 1 - Tomada de decisão, Controle social e Participação**

- 3- Com que frequência aconteciam as reuniões? Qual era a sua frequência de participação nestas reuniões?
- 4- Na sua opinião, os integrantes do colegiado se sentiam participantes do processo e da tomada de decisões?
- 5- Você se sentia à vontade para colocar sua opinião nas reuniões? Caso não tenha ficado à vontade, por que isso ocorria?

#### **BLOCO 2 - Transparência e Dialogicidade**

- 6- Como você avalia a transparência da gestão do colegiado?
- 7- Avalie a gestão do colegiado a partir da sua experiência
- 8- Na sua opinião, todos os membros do colegiado compreendiam a importância daquele espaço?
- 9- Sobre os encaminhamentos das reuniões, você considera que foram importantes? Estes eram resultado do diálogo do grupo? Eram transparentes?
- 10- O colegiado tinha objetivos em comum? Quais eram estes objetivos? Eles foram alcançados?

#### **BLOCO 3 - Desafios e Desenvolvimento**

- 11- De forma geral, você acredita que o colegiado teve uma organização eficaz?

12- Na sua visão houve conflitos de interesse e disputas de qualquer natureza entre os membros das entidades?

13- Você sabe dizer quais projetos e ações que tiveram origem no colegiado seguiram adiante?

14- Você acredita que o colegiado contribuiu para o desenvolvimento regional do Vale do Caí? Comente sua resposta.

15- Quais foram as limitações do colegiado? O que poderia ter avançado mais?

16- Com relação às suas expectativas, avalie o colegiado utilizando a escala abaixo:  
Ótimo ( )   Bom ( )   Satisfatório ( )   Ruim ( )   Péssimo ( )   Não sabe ( )

## ANEXOS

### Dados Básicos do Território

| Variável                                       | Valor    |
|--|----------|
| Área (em Km²)                                  | 2.015,51 |
| População Total (hab.)                         | 200.500  |
| População Urbana (hab.)                        | 150.173  |
| População Rural (hab.)                         | 50.327   |
| Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária    | 33       |
| Número de Projetos - Reforma Agrária           | 2        |
| Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares) | 464      |
| Nº de estabelecimentos da agricultura familiar | 9.498    |
| Pessoal ocupado na agricultura familiar        | 21.189   |
| Número de Pescadores                           | 0        |

Fonte: Perfil Territorial – Território Vale do Caí (2015)

### Políticas Públicas Para Agricultura Familiar

| Município             | ATER - Nº de Técnicos | Crédito Fundiário - Valores | PRONAF - Valores (R\$) (2013-2014) |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Alto Feliz            | 1                     | 0,00                        | 1,196,628.43                       |
| Barão                 | 2                     | 35,000.00                   | 3,736,328.87                       |
| Bom Princípio         | 2                     | 105,000.00                  | 4,015,243.08                       |
| Brochier              | 3                     | 944,680.00                  | 3,847,378.80                       |
| Capela de Santana     | 2                     | 39,500.00                   | 1,604,292.32                       |
| Feliz                 | 1                     | 195,022.50                  | 2,445,532.46                       |
| Harmonia              | 0                     | 253,515.00                  | 10,995,088.06                      |
| Linha Nova            | 0                     | 217,650.00                  | 819,246.00                         |
| Maratá                | 1                     | 388,150.00                  | 3,437,734.97                       |
| Montenegro            | 3                     | 1,251,309.25                | 7,410,885.80                       |
| Pareci Novo           | 1                     | 121,230.00                  | 4,068,259.22                       |
| Portão                | 0                     | 0,00                        | 801,583.06                         |
| Salvador do Sul       | 2                     | 80,000.00                   | 5,726,112.42                       |
| São José do Hortêncio | 1                     | 157,000.00                  | 2,410,682.74                       |
| São José do Sul       | 2                     | 160,000.00                  | 2,935,490.20                       |
| São Pedro da Serra    | 1                     | 0,00                        | 1,945,461.71                       |
| São Sebastião do Caí  | 2                     | 568,500.00                  | 3,704,889.72                       |
| São Vendelino         | 2                     | 35,050.00                   | 640,539.80                         |
| Tupandi               | 1                     | 30,545.00                   | 3,650,916.54                       |
| Vale Real             | 0                     | 282,032.00                  | 465,899.11                         |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>             | <b>4,864,183.75</b>         | <b>65,858,193.31</b>               |

Fonte: Perfil Territorial – Território Vale do Caí (2015)

## Políticas Públicas Para Agricultura Familiar

| Município             | Programa Bolsa Família - Famílias Beneficiadas | Programa Bolsa Família - Valor em R\$ | PRONATEC - Matrículas acumulados a partir de nov/2011 | PAA - CONAB - Valor Total Proposta | PNAE - Aquisições (R\$) Previstas da Agricultura Familiar em 2012 |
|-----------------------|--|---------------------------------------|---|------------------------------------|---|
| Alto Feliz            | 7  | 726.00                                | 85  | 24,000.00                          | 12,677.89   |
| Barão                 | 39   | 5,421.00                              | 66  | 0.00                               | 19,790.92   |
| Bom Princípio         | 91   | 12,922.00                             | 22  | 0.00                               | 41,335.59   |
| Brochier              | 107  | 13,006.00                             | 0   | 0.00                               | 8,692.42  |
| Capela de Santana     | 553  | 77,484.00                             | 174   | 70,000.00                          | 37,634.00   |
| Feliz                 | 88   | 12,142.00                             | 53  | 24,000.00                          | 52,938.06   |
| Harmonia              | 24   | 3,584.00                              | 0   | 0.00                               | 13,005.40   |
| Linha Nova            | 14   | 1,511.00                              | 106   | 40,000.00                          | 4,807.50  |
| Maratá                | 27   | 3,539.00                              | 0   | 0.00                               | 0.00  |
| Montenegro            | 1,048  | 145,210.00                            | 717   | 0.00                               | 300,532.33  |
| Pareci Novo           | 63   | 9,645.00                              | 70  | 0.00                               | 14,674.05   |
| Portão                | 1,125  | 165,518.00                            | 311   | 6,112.80                           | 131,253.60  |
| Salvador do Sul       | 73   | 11,913.00                             | 63  | 0.00                               | 23,902.01   |
| São José do Hortêncio | 27   | 4,134.00                              | 0   | 0.00                               | 39,075.22   |
| São José do Sul       | 10   | 1,372.00                              | 13  | 0.00                               | 22,024.33   |
| São Pedro da Serra    | 22   | 3,213.00                              | 0   | 0.00                               | 19,663.99   |
| São Sebastião do Caí  | 764  | 132,691.00                            | 86  | 8,000.00                           | 126,440.14  |
| São Vendelino         | 3  | 588.00                                | 0   | 8,000.00                           | 5,992.00  |
| Tupandi               | 23   | 3,110.00                              | 0   | 0.00                               | 0.00  |
| Vale Real             | 61   | 8,809.00                              | 333   | 24,000.00                          | 28,331.48   |

Fonte: Perfil Territorial – Território Vale do Caí (2015)

## Composição CODETER Vale do Caí

| ENTIDADE / MUNICÍPIO<br>PODER PÚBLICO |                               | ENTIDADE / MUNICÍPIO<br>SOCIEDADE CIVIL |  |
|---------------------------------------|-------------------------------|---|--|
| 1                                     | FEPAGRO                       | 1                                       | COOPATER                                       |
| 2                                     | SDR - Secret. Desenv. Rural   | 2                                       | ROTA SABORES E SABERES                         |
| 3                                     | SEAPA                         | 3                                       | Assoc. Regional STRs Vale do Caí               |
| 4                                     | Coordenadoria de Participação | 4                                       | UCS  |
| 5                                     | EMATER REGIONAL CAXIAS SUL    | 5                                       | UNISC  |
| 6                                     | EMATER REGIONAL LAJEADO       | 6                                       | STRs Feliz, Alto Feliz, Linha Nova e Vale Real |
| 7                                     | CORSAN                        | 7                                       | CODEVARC                                       |
| 8                                     | ESCOLA TÉCNICA FEDERAL FELIZ  | 8                                       | ONG Mulheres Const. Mundo Melhor               |
| 9                                     | AMVARC                        | 9                                       | ABATUR Barão                                   |
| 10                                    | Prefeitura Alto Feliz         | 10                                      | Assoc. Aquicultores de Barão                   |
| 11                                    | Emater Alto Feliz             | 11                                      | STR Barão                                      |
| 12                                    | Prefeitura Barão              | 12                                      | STR Bom Princípio                              |
| 13                                    | Emater Barão                  | 13                                      | Ecomorango                                     |
| 14                                    | Prefeitura Bom Princípio      | 14                                      | Bomprincitrus                                  |
| 15                                    | Emater Bom Princípio          | 15                                      | APROBOM  |
| 16                                    | Prefeitura Brochier           | 16                                      | TCHE MEL                                       |
| 17                                    | Emater Brochier               | 17                                      | BOM MORANGO                                    |
| 18                                    | Prefeitura de Capela Santana  | 18                                      | Assoc Regional Criadores Pequenos Animais      |
| 19                                    | Emater Capela Santana         | 19                                      | Grupo de Artesãos de Bom Princípio             |
| 20                                    | Emater Feliz                  | 20                                      | STR Brochier                                   |
| 21                                    | Prefeitura Feliz              | 21                                      | STR Capela santana                             |
| 22                                    | Prefeitura Harmonia           | 22                                      | Assentamento Capela                            |
| 23                                    | Emater Harmonia               | 23                                      | Coop. suinocultores do Caí Superior            |
| 24                                    | Emater Linha Nova             | 24                                      | Coop. Dos Fruticultores de Harmonia            |
| 25                                    | Prefeitura Maratá             | 25                                      | STR Harmonia                                   |
| 26                                    | Emater Maratá                 | 26                                      | ALFACITRUS                                     |
| 27                                    | Prefeitura Montenegro         | 27                                      | ECOCITRUS                                      |
| 28                                    | Emater Montenegro             | 28                                      | COOFRUTAF                                      |
| 29                                    | Prefeitura Pareci Novo        | 29                                      | STR MONTENEGRO                                 |
| 30                                    | Emater Pareci Novo            | 30                                      | PARECITRUS                                     |
| 31                                    | Emater Portão                 | 31                                      | STR PARECI NOVO                                |
| 32                                    | Prefeitura Salvador sul       | 32                                      | BOMCITRUS                                      |
| 33                                    | Emater Salvador do Sul        | 33                                      | Assoc. Companheiros da Natureza                |
| 34                                    | Prefeitura S. José Hortêncio  | 34                                      | Assoc. Citric. Do Vale Rio Cadeia              |
| 35                                    | Emater São José Hortencio     | 35                                      | STR Portão                                     |
| 36                                    | Prefeitura São José Sul       | 36                                      | STR Salvador do Sul                            |
| 37                                    | Emater São José Sul           | 37                                      | STR São José Hortêncio                         |
| 38                                    | Emater São Pedro da Serra     | 38                                      | HORTENCITRUS                                   |
| 39                                    | Prefeitura S. S. do Caí       | 39                                      | AFRUTISSUL                                     |
| 40                                    | Emater São Sebastião do Caí   | 40                                      | STR São Jose do Sul                            |
| 41                                    | Prefeitura São Vendelino      | 41                                      | STR São Pedro da Serra                         |
| 42                                    | Emater São Vendelino          | 42                                      | STR S. S. do Caí                               |
| 43                                    | Prefeitura de Tupandi         | 43                                      | Assoc. Comunit. Rural de Vigia                 |
| 44                                    | Emater Tupandi                | 44                                      | AVIMEC   |
| 45                                    | Prefeitura Vale Real          | 45                                      | CAICITROS                                      |
| 46                                    | Emater Vale Real              | 46                                      | STR São Vendelino                              |
| 47                                    |                               | 47                                      | STR Tupandi                                    |
|                                       |                               | 48                                      | COOPERVALE                                     |

Fonte: Plano de Trabalho – Território Vale do Caí (2013)

## **Regimento CODETER Vale do Caí (Finalidades e atribuições)**

### **ANEXO II: Regimento Interno**

## **COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DO VALE DO CAÍ/RS**

### **REGIMENTO INTERNO**

#### **CAPÍTULO I – DA NATUREZA, FINALIDADES E DO CARÁTER**

**Art. 1º.** – O presente Regimento Interno visa regulamentar as atribuições e funcionamento do **Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território do Vale do Caí/RS**, instituído por deliberação unânime dos seus membros, conforme relação anexa, em assembléia ocorrida em 20 de janeiro de 2012. O CODETER promoverá o debate, a articulação e a implementação de ações de desenvolvimento rural sustentável no território, visando a participação social na formulação, gestão e na integração das políticas públicas, a garantia de direitos sociais, melhoria da renda e da qualidade de vida, especialmente no meio rural, bem como a preservação ambiental, tendo como público prioritário a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária e beneficiários do programa de crédito fundiário, pescadores artesanais, quilombolas, pecuaristas familiares, indígenas e assalariados rurais. O CODETER terá caráter permanente, exercendo ação de planejamento e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e de outros planos e projetos com natureza semelhante, assim como em relação aos programas governamentais, exercendo o controle social nos municípios que o compõem.

#### **CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 2º** - O Colegiado Territorial terá as seguintes atribuições:

- I - Sensibilizar, divulgar, articular e coordenar as ações para atingir as finalidades previstas no artigo 1º;
- II - Estimular e promover a construção coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS - acompanhando e fiscalizando a sua implementação;
- III - Definir as prioridades, bem como a seleção dos projetos a serem implementados a cada fase do Programa Nacional de Apoio aos Territórios – PRONAT, ou de outros programas voltados ao desenvolvimento territorial;
- IV - Articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;
- V - Estimular e fortalecer as redes territoriais nos diversos setores, promovendo a interação entre gestores públicos e sociedade civil, visando à qualificação e integração de ações;
- VI - Encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável no Território do Vale do Caí;
- VII - Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento;
- VIII - Desenvolver intercâmbio com outras entidades territoriais congêneres;
- IX - Apoiar ações de reforma agrária, reordenamento fundiário, desenvolvimento sócio - familiar rural e agro ecológico;
- X - Desenvolver ações que visem a organização e a participação da população rural;
- XI - Articular, apoiar e participar de ações que visem a redução das desigualdades resultantes das questões de gênero, raça, etnia, faixa etária e grupos de minoria no espaço rural;
- XII - Priorizar ações que visem a redução da pobreza no meio rural, promovendo a inclusão social;
- XIII - Divulgar e apoiar ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, em especial a água, o solo, a fauna e a vegetação nativa.

**Fonte:** Plano de Trabalho – Território Vale do Caí (2013)